

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MF 9,7

A ORDEM: jornal, agente cultural e estrutura ideológica
no Rio Grande do Norte (janeiro a março de 1964)

Rosana Karla Bezerra de Melo



06/02 15h
eu
finais?
Novo

NATAL/RN

2002.2

ROSANA KARLA BEZERRA DE MELO

**A ORDEM: jornal, agente cultural e estrutura ideológica
no Rio Grande do Norte (janeiro a março de 1964)**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela Professora Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Professora Dr^a. Maria da Conceição Fraga.



NATAL / RN

2002

“... o objeto de nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana, mas o próprio homem, considerado no seio dos grupos de que é membro”.

Lucien Febvre

A todos os que lutam pelo
fim das desigualdades.

AGRADECIMENTOS

À Arquidiocese de Natal, pelo livre acesso ao jornal A ORDEM, assim como pelas valiosas informações prestadas e, em especial, ao seminarista João Maria pelo empréstimo de documentos que muito contribuíram para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

À Gilvania, pelas horas dedicadas à digitação deste trabalho, pelo incentivo, dicas e, principalmente, compreensão nos momentos de dificuldades.

À professora Aurinete Girão, pela competente revisão das normas técnicas desta monografia; sobretudo, pela amizade e carinho dispensados ao longo destes cinco anos, sempre nos recebendo com seu sorriso amigo.

À orientadora, Profa. Dra. Conceição Fraga, pelo estímulo e confiança depositada, assim como pelas preciosas sugestões que foram incorporadas ao longo deste trabalho; em especial, pela compreensão nos difíceis momentos de angústia.

Aos professores do Departamento de História, que durante nossa caminhada, estimularam-nos a descobrir a pesquisa e desenvolver uma atitude crítica frente à história.

Aos colegas, que me acompanharam no árduo caminho dos estudos, dividindo os trabalhos e dificuldades, mas também as alegrias, conquistas, sempre nos estimulando a seguir em frente e dar o melhor de si.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

A Meroveu, pela dedicação, amor e compreensão nos momentos que não pudemos compartilhar juntos.

A Deus, pelo dom da vida.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – BRASIL: PÁTRIA AMADA!	11
Jânio Quadros: a vassoura se quebrou...	11
O parlamentarismo: luta pelas instituições democráticas	15
João Goulart: entre as forças progressistas e as forças conservadoras	17
CAPÍTULO II – IGREJA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE	23
O nacional e o local: encontros e desencontros	23
Contradições do governador “progressista”	27
Djalma Maranhão: o Prefeito do subúrbio	29
Igreja Católica: organização cultural no Rio Grande do Norte	32
CAPÍTULO III – A ORDEM NA ESTRUTURA IDEOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE	36
A ORDEM: sua trajetória	36
O jornal, os agentes culturais e a estrutura ideológica	38
Entre os atores individuais e os atores coletivos, a construção de idéias	40
PARA ONDE VAMOS?	40
FRENTE ÚNICA?	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
FONTES E BIBLIOGRAFIA	51

LISTA DE SIGLAS

AC	→	Associações Comerciais
ACB	→	Ação Católica Brasileira
AP	→	Ação Popular
CGT	→	Comando Geral dos Trabalhadores
CLAE	→	Congresso Latino-Americano de Estudantes
CNBB	→	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC	→	Confederação Nacional do Comércio
CNI	→	Confederação Nacional da Indústria
COSEC	→	Secretaria coordenadora de Uniões Internacionais de Estudantes
COSERN	→	Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte
FIGEA	→	Federação das Indústrias do Estado da Guanabara
FIERGS	→	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIESP	→	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
JEC	→	Juventude Estudantil Católica
JUC	→	Juventude Universitária Católica
MOBRAL	→	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PCB	→	Partido Comunista Brasileiro
PDC	→	Partido Democrata Cristão
PIPMO	→	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra
PP	→	Partido Popular
PSD	→	Partido Social Democrata
PSP	→	Partido Social Progressista
PTB	→	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	→	Partido Trabalhista Nacional
SAR	→	Serviço de Assistência Rural
TELERN	→	Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte
TER	→	Tribunal Regional Eleitoral
TFP	→	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UDN	→	União Democrática Nacional
UIE	→	União Internacional dos Estudantes
UNE	→	União Nacional dos Estudantes

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica Brasileira, até 1890, esteve subordinada ao Estado, só ocorrendo a separação oficial, com a Constituição de 1891. No período que vai de 1916 a 1945, houve um grande envolvimento de líderes católicos (como Alceu de Amoroso Lima) na política, com o objetivo de influenciar a sociedade, através de uma aliança com o Estado, sendo que essa aproximação foi particularmente estreita durante o governo de Getúlio Vargas¹.

Em 1935, foi criada oficialmente a Ação Católica Brasileira pelo Cardeal D. Sebastião Leme, seguindo o modelo da romana, com a pretensão de organizar e controlar o movimento laico, exercendo, assim, uma maior influência sobre a sociedade civil. Uma das ações que a Igreja desenvolveu, com o auxílio da Ação Católica foi justamente o combate ao avanço das idéias comunistas dentro da sociedade brasileira, constituindo-se, nesse aspecto, numa poderosa aliada das elites. A ação da Igreja Católica de combate às idéias comunistas ganha maior relevância social e histórica, por tratar-se de uma Instituição religiosa milenar, com milhões de fiéis no mundo inteiro, dotada de uma grande estrutura e organização, o que fez GRAMSCI apud PORTELLI considerá-la uma sociedade civil dentro da sociedade civil².

No Rio Grande do Norte, há alguns trabalhos publicados sobre a atuação política da Igreja, como a tese de OLIVEIRA³, em que a autora analisa, de maneira crítica, como a Igreja Católica do Rio Grande do Norte desenvolveu um processo de renovação em suas ações, nas lutas e movimentos sociais, no período de 1945 a 1964, privilegiando os campos da educação e do sindicalismo rural. A autora apóia sua análise num conceito chave: o de intelectual orgânico de GRAMSCI (que também será explorado por nós neste trabalho). Um estudo mais recente (2000) sobre esta temática é o organizado por ANDRADE⁴. Trata-se de uma coletânea de artigos que abordam, em diferentes momentos, a trajetória política dessa instituição no Rio Grande do Norte, como por exemplo, o de PAIVA⁵, uma análise crítica da atuação da Igreja nos anos 50 do nosso século, destacando como as ações que esta implementava serviam para reforçar a ideologia do grupo social dominante.

¹ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil*, p. 42-47.

² PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*, p. 28.

³ OLIVEIRA, Marlúcia Paiva. *Igreja e renovação: Educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)*.

⁴ ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (Org.) *Igreja e política no RN*.

⁵ PAIVA, Marlúcia. *A Igreja dos anos 50: o Movimento de Natal*. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (Org.). *Op. cit.*, p. 15-39.

Já a dissertação de SILVA⁶, que utiliza como fonte primordial **A Ordem**, analisa como este órgão de imprensa retratou a sociedade do Rio Grande do Norte no período de 1935 (data de fundação deste jornal) a 1953 (data em que o jornal saiu pela 1ª vez de circulação), mostrando que a orientação política do jornal seguia os preceitos da Igreja Nacional, ou seja acatava a política governamental para não entrar em conflito com as elites. A autora, no entanto, não considera que a Igreja tem um papel de destaque na estrutura ideológica das elites dominantes e que, isto, muito contribuiu para que a ordem social vigente permanecesse inalterada.

Em que contexto teriam ocorrido as relações entre política e Igreja Católica no Brasil, no início da década de 60? E como teriam sido essas relações no Rio Grande do Norte, no mesmo período? Como a Igreja local teria utilizado a sua estrutura ideológica para combater o comunismo no Estado? Este trabalho tem a pretensão de responder a essas questões, observando (guardadas, obviamente, as devidas especificidades), o que havia em comum entre o nacional e o local, nessas referidas relações. Além disso, pretende mostrar o quanto a Igreja local se dedicou, através de seu jornal **A Ordem**, no combate ao comunismo (que, entre outros princípios, pregava a revolução comunista, a qual deveria acontecer após a implantação do sistema capitalista, dando origem a uma nova classe operatória, sendo que esta acabaria com todas as divisões de classe⁷). Deve-se ressaltar que no início dos anos 60 os grupos conservadores, entre eles a alta hierarquia da Igreja, acusavam de comunista qualquer pessoa que fizesse o menor questionamento a algum aspecto da ordem social vigente, sendo que às vezes, a acusação de “subversivo” era feita sem que houvesse a menor justificativa.

GRAMSCI apud PORTELLI distingue, dentro da “estrutura ideológica”, ou seja tudo o que é destinado a manter, defender e desenvolver a ideologia da classe dirigente, as organizações culturais encarregadas de difundir a ideologia, apontando em primeiro lugar a Igreja e, em terceiro, a imprensa (depois da escola). Observe-se que o autor entende ideologia como algo bastante amplo, englobando todas as atividades do grupo social dominante, incluindo-se as que parecem menos ideológicas, existindo diferentes graus de ideologia. Além disso, o autor aponta como um dos fatores que explicam a perenidade da

⁶ SILVA, Maria Medeiros Rocha da. **Igreja e educação de adultos em Natal: análise a partir do jornal A ORDEM.**

⁷ BOTTOMORE, Tom (Ed.) **Dicionário do pensamento marxista.** p. 325.

Igreja a sua própria estrutura ideológica, dentro da qual, a imprensa tem um papel fundamental no que se refere à influência que a Igreja exerce sobre a sociedade⁸.

Assim é que foi escolhido o jornal católico **A Ordem**, como fonte principal deste trabalho, fazendo a análise de artigos que versam sobre as idéias comunistas da época, uma vez que este órgão de imprensa católico teve um grande destaque nas relações entre Igreja e política, nas duas primeiras fases em que circulou no Rio Grande do Norte (a 1ª, como diário, de 1935 a 1953; a segunda, como semanário, de 1962 a 1967). Excetuando-se a sua nova fase (iniciada em 1999 e que vai até os dias de hoje, na qual aborda apenas assuntos de ordem religiosa), o jornal católico referido, além de fazer o acompanhamento do que acontecia na política local, nacional e internacional, em diversas ocasiões publicava artigos combatendo o avanço das idéias comunistas, inclusive desencadeando campanhas, como por ocasião das eleições de 1945⁹.

A pesquisa estuda o período que vai de janeiro a abril de 1964. Nesses três primeiros meses daquele ano, a crise política e econômica que o Brasil atravessava desde 1961 agudizou-se, culminando no movimento de 31 de março, que depôs o então Presidente da República, João Goulart, implantando-se, no mês de abril, um sistema de governo autoritário, com a “eleição” do Marechal Castelo Branco (o primeiro de um ciclo de militares que governaram o país de 1964 a 1985).

Serão trabalhados alguns conceitos chaves em GRAMSCI, como os de hegemonia (controle ideológico da sociedade civil pelo grupo social dominante¹⁰) e de intelectuais orgânicos (os responsáveis pela elaboração da ideologia do grupo social dirigente, cujo papel na difusão desta ideologia é o de animar e gerir a estrutura ideológica¹¹).

Como se está trabalhando com História Social, ou como definiu HOBBSBAWN, **História das Sociedades**¹², na construção do texto foram abordados elementos de ordem social, econômica, cultural e política.

No decurso deste trabalho, enfrentou-se várias dificuldades. A primeira delas foi encontrar fontes que versassem sobre o Rio Grande do Norte, no corte cronológico escolhido. Para tanto, foram realizadas pesquisas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), onde nada foi encontrado sobre o período (e ainda houve

⁸ PORTELLI, Hugues. Op. cit., p. 68

⁹ COSTA, Homero de Oliveira. *A reforma política no Brasil e outros ensaios*, p. 131-133.

¹⁰ PORTELLI, Hugues. Op. cit., p. 68.

¹¹ Ibid., p. 87.

¹² HOBBSBAWN, Eric. *Sobre a História*, p. 86.

“estímulo” para que se desistisse do tema em estudo); no Arquivo Público do Estado, tendo sido localizado apenas um decreto de interesse do trabalho (o 4.224, de 20 de abril de 1964). Foi na Arquidiocese de Natal onde localizou-se o jornal **A Ordem**, e pode-se fazer a coleta de artigos (alguns estão seriamente comprometidos), que versam direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente sobre as idéias comunistas.

O método escolhido para fazer esta coleta foi a transcrição, respeitando ao máximo a fonte; daí os artigos terem sido copiados tal qual foram impressos, preservando-se o português original com erros eventuais como troca e/ou falta de letras e de palavras. É importante observar que a maioria dos artigos coletados não são assinados, presumindo-se, então, que os mesmos foram escritos pelo(s) editor(es) de **A Ordem**. Por fim, dentre os artigos em destaque, dois foram escolhidos para análise por considerá-los emblemáticos: *PARA ONDE VAMOS?*¹³ (neste artigo, **A Ordem** defende a Igreja Católica da acusação da parte de políticos locais, de que estaria servindo de instrumento à expansão do comunismo) e *FRENTE ÚNICA*¹⁴ (neste, **A Ordem** questiona a formação de uma Frente entre cristãos e marxistas).

O Rio Grande do Norte foi o local escolhido para pesquisa por entender-se ter sido palco privilegiado para os acontecimentos políticos no período pesquisado, já que a capital, Natal, tinha no seu prefeito, Djalma Maranhão, um político simpático às idéias comunistas, fato que gerou conflitos entre este e as elites dominantes (incluindo-se o então governador Aluizio Alves), assim como a alta hierarquia católica. Além disso, pretende-se contribuir para preencher uma lacuna na historiografia local, por não existir nenhum trabalho específico sobre a temática aqui proposta.

Quanto à estruturação, o trabalho foi organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo discorre-se sobre a política e suas relações com a Igreja do início dos anos 60 até a deflagração do movimento que depôs Goulart; no segundo, estuda-se, no mesmo período, as relações políticas locais, sempre colocando-as num contexto mais amplo e como a Igreja do Rio Grande do Norte se inseriu neste processo; no terceiro capítulo analisa-se o papel do jornal **A Ordem** na “estrutura ideológica” do Estado, versando-se sobre a trajetória deste órgão de imprensa, a partir da análise dos artigos *PARA ONDE VAMOS?* e *FRENTE ÚNICA?*

¹³ *A Ordem*, p. 1, 8 fev. 1964.

¹⁴ *Ibid*, p.1, 21 mar. 1964.



CAPITULO I – BRASIL: PÁTRIA AMADA!

A tentativa de compreensão do significado do 31 de março de 1964, data da deflagração do movimento que depôs o então Presidente da República, João Goulart, requer uma análise de como foi construído o processo que deu origem a esse movimento, abordando aspectos de ordem econômica, social, cultural e política, visto que, embora tenha sido um ato de cunho político, outros elementos fizeram parte de sua construção. Como diz HOBBSAWN, ao analisar o conceito de História Social,

*os aspectos sociais ou societais da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos de seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização. Não podem ser separados, mas que por um momento, dos modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material. Nem por um só momento podem ser separados de suas idéias, ...*¹⁵

Pretende-se ainda, acompanhar como a Igreja Católica Brasileira inseriu-se no referido processo, em suas relações com a sociedade.

Jânio Quadros: a vassoura se quebrou...

Sucessor de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros elegeu-se Presidente do Brasil nas eleições realizadas em outubro de 1960, tendo obtido 48% dos votos, fato que configurou-se como uma “espetacular vitória”¹⁶. Candidato pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), teve sua candidatura apoiada pela União Democrática Nacional (UDN), responsável em parte pela sua vitória. Ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, Quadros pautou sua campanha, cujo símbolo era uma vassoura, num discurso que tinha como bandeiras principais o combate à corrupção, a recuperação econômica e a austeridade. O Vice-presidente eleito foi João Goulart, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Para uma melhor compreensão do governo Quadros, necessário se faz refletir sobre o governo antecessor, enfocando o aspecto econômico por ter sido nesta área, as maiores

¹⁵ HOBBSAWN, Eric. Op. cit., p. 87

¹⁶ MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História Geral do Brasil**, p. 350.

realizações da gestão Kubitschek¹⁷; também porque segundo CARDOSO e BRIGNOLI, a conjuntura econômica ajuda a explicar o social.¹⁸

Juscelino Kubitschek, que governou o país de 1955 a 1961, com seu projeto do nacional-desenvolvimentismo injetou uma nova dinâmica no processo de industrialização no país. Tendo como lema de sua gestão *cinquenta anos em cinco*, definiu-se por uma política econômica que, entre outros aspectos, permitiu a entrada no Brasil de amplos recursos oriundos do exterior, abrindo as portas do mercado financeiro para o capital estrangeiro, impelindo o capital nacional a uma associação com as multinacionais. As bases dessa associação caberiam ao governo federal, sob um plano econômico denominado Plano de Metas (integração do capital público e privado — nacional e estrangeiro — sob a gerência do Estado, que determinaria onde, como e quem investir).

Essa política econômica, por um lado, conseguiu, em um curto espaço de tempo, dinamizar a estrutura industrial brasileira (baseada na produção de bens duráveis), tendo o país alcançado um grande desenvolvimento. Por outro, fez emergir novas contradições, tanto de ordem econômica (destacando-se o favorecimento ostensivo à concentração de capital e empresas e a atrofia do setor produtivo estatal responsável pelos bens de produção, em relação ao setor de bens duráveis), como de ordem social (ampliação do fosso entre produtividade e salários e alta concentração de renda, para citar alguns exemplos)¹⁹. SINGER resume bem os custos que a política econômica do governo Kubitschek representou para o país:

*Juscelino fez de tudo para obter as divisas de que precisava para realizar o seu ambiciosíssimo Plano de Metas. O Brasil, efetivamente, teve um crescimento enorme em 1956-61, e a crise econômica que se desenha no país no último ano do governo JK e durante os três anos do de João Goulart pode ser atribuída ao sobreesforço a que a economia brasileira foi submetida.*²⁰

Foi nesse contexto que Jânio Quadros assumiu a presidência da República. CAMARGO aponta para uma política reformista que Quadros, durante o seu curto governo, renunciou sete meses após ter assumido a presidência, tentou implementar no

¹⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964-1984). In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). Op. cit., p. 334-335.

¹⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da História, p. 354.

¹⁹ MENDONÇA, Sônia Regina de. Op. cit., p. 334-338.

²⁰ SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) 1964: visões críticas do golpe, p. 17.

Brasil, destacando a Reforma Agrária²¹, que se tornaria um dos principais pontos de divergência entre Goulart e as forças conservadoras do país, tempos depois. Segundo a autora, já durante sua campanha eleitoral, Quadros manifestou sua disposição em dar impulso a grandes mudanças no campo, através da extensão de leis sociais aos trabalhadores rurais e elaboração de um projeto de lei agrária. Ao ser eleito, procurou viabilizar reformas institucionais que julgava necessárias à efetivação da Reforma Agrária. Utilizando as palavras de CAMARGO,

*o governo se dispõe a aplicar ao mundo rural uma multiplicidade de medidas que variam da penalização tributária ao confisco, redistribuindo as riquezas em função da produtividade e dos investimentos de capital e de trabalho, de maneira tal que seja punido o absenteísta, o especulador ou o inepto, em favor daquele que efetivamente trabalha a terra.*²²

Para compreender o que isto representou, volte-se mais uma vez aos anos 50, século XX, sobretudo à segunda metade da década. Com o sonho de modernização desenvolvimentista implementado no Brasil pelo governo de Juscelino Kubitschek, inaugurou-se no país um período em que tornaram-se rotineiras as manifestações de organizações da sociedade civil, além de uma ativa mobilização dos partidos políticos e um Parlamento atuante. Esse clima traduziu-se também no plano cultural, com amplos movimentos e manifestações em diferentes setores da cultura nacional: cinema (Cinema Novo); música (Bossa Nova); teatro (renovação temática e estética — Grupos Arena e Oficina). As vanguardas políticas e culturais passaram a defender um projeto nacionalista e reformista, estando entre as reformas defendidas a Reforma Agrária. A mobilização da sociedade, em torno de um nacionalismo pautado por reformas, ia de encontro aos interesses dos setores que constituíam uma oposição ao projeto “nacionalista-reformista”: investidores internacionais, segmentos das Forças Armadas, setores do capital nacional, proprietários rurais e a maioria dos integrantes de partidos conservadores como a UDN.²³ É dentro desse contexto que devemos compreender a tentativa do presidente Jânio Quadros de impulsionar a Reforma Agrária.

CAMARGO analisa como diferentes segmentos da sociedade (políticos conservadores, proprietários rurais, Igreja, etc), viam a proposta da reforma agrária. Este

²¹ FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*, t. 3, v. 3, p. 168.

²² *Ibid.*, p. 172.

²³ NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Op. cit.*, p. 55-57

trabalho se até à análise da Igreja Católica, por ser objeto central deste estudo, a relação desta com a política no Rio Grande do Norte.

Em maio de 1961, em mensagem divulgada na comunidade eclesiástica de Belo Horizonte (Minas Gerais), endereçada a fiéis e sacerdotes, a Igreja Católica destacou a necessidade da Reforma Agrária. Entrou em cena, então, D. Eugênio Sales (na época, Administrador apostólico de Natal e um dos pioneiros na batalha pela sindicalização rural no Nordeste), fazendo veementes discursos em favor da Reforma Agrária, durante o 2º Congresso Brasileiro de Serviço Social.²⁴

Já no início da década de 50, a Igreja Católica iniciou um movimento que teve como objetivo central a recuperação de sua tradicional influência sobre o homem do campo. D. Inocêncio Engelke, Bispo de Campanha (Minas Gerais), organizou a **Primeira Semana Ruralista** da qual participaram párocos rurais, fazendeiros, professoras e religiosos, delineando-se uma visão inovadora que prenunciava a “Nova Igreja”, comprometida com a “Reforma Social”.

Na realidade, a Igreja não queria perder a influência sobre o trabalhador rural para os “agitadores” e suas idéias revolucionárias (leia-se comunistas), como já havia perdido sobre o operariado urbano no século XIX²⁵. Nesse sentido, GRAMSCI apud PORTELLI destaca a luta do clero, enquanto intelectual orgânico da Igreja, pela conservação de posições políticas anteriormente conquistadas.²⁶

O interesse em viabilizar a Reforma Agrária no governo Quadros manifestou-se no Congresso através do deputado José Joffily — membro da Ala Moça²⁷ do Partido Social Democrata (PSD) e da Frente Parlamentar Nacionalista (grupo de parlamentares que defendiam projetos nacionalistas). Além disso, em abril de 1961 foi constituído um Grupo de Trabalho (presidido pelo senador Milton Campos, tendo como secretário executivo o economista Pompeu Acioly Borges e entre os demais integrantes encontrava-se D. Helder Câmara, secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB), encarregado do estatuto da terra, só concluído em 1962, já no governo parlamentarista de Goulart. Obviamente, tais políticas provocaram imediatas manifestações da sociedade civil, sobretudo dos produtores rurais, desencadeando-se grande pressão sobre o Congresso Nacional que através da bancada do PSD rejeitou o substitutivo José Joffily de Reforma

²⁴ FAUSTO, Boris (Dir.) Op. cit., p. 174.

²⁵ Ibid., p. 145.

²⁶ PORTELLI, Hugues. Op. cit., p.29.

²⁷ Era um agrupamento, dentro do partido, formado pelo pessoal mais jovem.

Agrária (23 de agosto de 1961).

Além da Reforma Agrária, Jânio Quadros pretendia outras medidas reformistas, como crédito ao pequeno produtor; lei de remessa de lucros e apoio à iniciativa da CNBB de estender a escolarização aos trabalhadores rurais através do rádio (experiência já desenvolvida em Natal e Sergipe), com a ajuda financeira do governo federal²⁸. Esse conjunto de medidas foi de encontro aos interesses das forças conservadoras que compunham a UDN, principal partido de apoio ao presidente, criando um conflito entre este e o Congresso.

Foi nesse contexto que Jânio Quadros, que havia prometido “varrer” a corrupção do país, renunciou a 24 de agosto de 1961, sete meses após ter assumido o cargo. Seu “plano” era forçar o Congresso Nacional a ampliar os seus poderes, visto que apostava na aversão que os militares conservadores tinham a João Goulart, Vice-presidente, naquele momento em missão governamental na China Comunista. Mas a UDN de Carlos Lacerda denunciou o plano e PTB e PSD deram, o fato da renúncia como consumado no Congresso, o que também foi aceito prontamente pelas Forças Armadas.²⁹

Entre a data da renúncia, 24 de agosto (alguns autores, entre eles CAMARGO³⁰, colocam como tendo sido em 25 de agosto) e a data da posse do vice-presidente, 7 de setembro, criou-se um impasse, devido a recusa dos ministros militares do governo de Jânio Quadros (marechal Odílio Denys — Ministro da Guerra, brigadeiro Grun Moss — Ministro da Aeronáutica, e o almirante Sílvio Heck — Ministro da Marinha) em reconhecerem o direito de João Goulart assumir a presidência, formando-se, dentro e fora do Congresso, uma ampla coalização objetivando preservar as instituições democráticas. Mas, devido a articulação das forças conservadoras, representadas pelo PSD e UDN, com o apoio de alas das Forças Armadas, a posse de Goulart ficou condicionada à implantação do regime parlamentarista.³¹

O parlamentarismo: luta pelas instituições democráticas

João Goulart havia sido Ministro do Trabalho no governo getulista (1954) e vice-presidente de Juscelino Kubitschek, tendo sido eleito, vice-presidente da República, pela

²⁸ FAUSTO, Boris (Dir.). Op. cit., p. 172-179.

²⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. cit., p. 356.

³⁰ FAUSTO, Boris (Dir.). Op. cit., p. 178.

³¹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas?*, p. 36.

segunda vez, em 1961. Quando Jânio Quadros renunciou, os ministros militares vetaram a posse no cargo de presidente, mas a tentativa de transformar o veto em decisão do Legislativo (eles queriam que Goulart sofresse o **impeachment**, alegando razões de segurança nacional) foi frustrada tendo sido organizado um movimento civil pela legalidade, liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (cunhado de Goulart), que conclamou a nação a resistir. Com a adesão do III Exército (sediado naquele estado), os militares acabaram aceitando a solução da emenda parlamentarista.³²

O deputado Tancredo Neves (PSD de Minas Gerais) foi o porta-voz dos setores conservadores, encarregado de convencer Goulart a aceitar a mudança de regime, tendo sido nomeado 1º ministro no primeiro gabinete parlamentarista de Goulart.

A adoção do regime parlamentarista como condicionante à preservação da legalidade constitucional foi, na realidade, uma tentativa de barrar o projeto nacionalista-reformista e impedir a ascensão do reformismo trabalhista ao poder.³³

Goulart foi o primeiro presidente que assumiu com o compromisso de colocar em prática um programa de amplas mudanças sócio-econômicas.³⁴ As denominadas Reformas de Base abrangiam desde algumas reformas (bancária, fiscal, urbana, agrária e universitária), passando por mudanças políticas e institucionais (extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados, legalização do Partido Comunista³⁵) como também, políticas nacionalistas (controle estatal sobre o capital estrangeiro e o monopólio do Estado sobre os setores específicos da economia). Dentre essas políticas, duas ganharam o debate nacional: as questões referentes ao controle sobre o capital estrangeiro e, sobretudo, a Reforma Agrária, formando-se uma ampla coalização em defesa de tais reformas, que abrigava diversos setores da sociedade civil (estudantes, trabalhadores, intelectuais, políticos ligados à esquerda, etc.).³⁶

A pressão em torno da Reforma Agrária cresceu e adquiriu novamente destaque nos trabalhos do Congresso. Os grupos conservadores temiam pelos seus direitos de propriedade e o Parlamentarismo representava a possibilidade de barrar uma Reforma Agrária que ia de encontro aos seus interesses. Goulart, cujo principal objetivo era

³² GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 19.

³³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Op. cit.*, p. 357.

³⁴ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Op. cit.*, p. 66.

³⁵ Em 1947, por decisão do Supremo Tribunal Federal, o Partido Comunista voltou para a ilegalidade, após ter passado um curto período de legalidade (1945-1947).

³⁶ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Op. cit.*, p. 69.

recuperar a plenitude dos poderes presidenciais, tentava conciliar, tanto os interesses dos grupos conservadores (fornecendo-lhes garantias de que seus direitos de proprietários seriam preservados), como os dos grupos pró-reformas. Estes, passaram a exercer pressão cada vez maior e o presidente, querendo preservar sua liderança frente à esquerda, começou a propagar a necessidade de mudanças profundas que exigiriam alterações na Constituição.³⁷

O sistema parlamentarista não viabilizava mudanças profundas, mas permitia a implementação de reformas parciais e moderadas, sendo, portanto, uma solução adequada aos propósitos dos grupos conservadores, interessados em deter o projeto reformista. No entanto, com a coalização antiparlamentarista que se formou, incluindo desde os grupos pró-reforma a conservadores (lideranças nacionais do PSD e da UDN interessadas na sucessão presidencial de 1965), o sistema parlamentarista acabou ruindo.

Com a adesão dos militares e do movimento sindical à campanha antiparlamentarista e o agravamento e radicalização das manifestações da esquerda, lideradas por Leonel Brizola, o plebiscito que deveria confirmar ou não o sistema parlamentarista, previsto para acontecer nove meses depois de sua implantação, acabou sendo antecipado. A opção pelo presidencialismo como sistema de governo, foi confirmada pela maioria esmagadora da população e, a 6 de janeiro de 1963, Goulart assumiu seu mandato de presidente.³⁸

João Goulart: entre as forças progressistas e as forças conservadoras

Ao reassumir os plenos poderes presidenciais garantidos ao Executivo pela Constituição vigente naquele período, Goulart tinha o compromisso não só de implementar as tão propagadas reformas de base como de superar a crise econômico-financeira, assim como as crises de ordem política e institucional que se desenhavam no Brasil, desde o início da década de 60. Restava saber se ele conseguiria conciliar os interesses tão antagônicos dos grupos que o haviam apoiado na coalização antiparlamentarista, que englobava tanto os setores de esquerda quanto grupos conservadores.

O governo anunciou um plano que pretendia solucionar os graves problemas que afligiam o país. Como diz TOLEDO,

³⁷ Ibid., p. 70-73.

³⁸ Ibid., p. 79-83.

o Executivo anunciava que seu plano de governo tinha condições de resolver em profundidade os impasses e as dificuldades enfrentadas pelo conjunto da sociedade brasileira. Esta ambiciosa proposta foi denominada de "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-65" —, elaborado pelo economista Celso Furtado (ministro do Planejamento), com a colaboração de San Thiago Dantas (ministro da Fazenda).³⁹

Esse plano, que pretendia combater o surto inflacionário sem sacrificar a política de desenvolvimento, começou a sofrer os primeiros abalos com os protestos originados dos setores sindicais e das organizações políticas nacionalistas e de esquerda. O primeiro (setor sindical), que havia tido uma importante participação no movimento antiparlamentarista, através de sua entidade nacional de representação, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁴⁰, ganhou força no cenário nacional.

O movimento sindical brasileiro sempre teve vínculos muito estreitos com os partidos políticos desde a década de 20, quando verifica-se uma crescente influência dos comunistas, obscurecida durante o Estado Novo. A partir de 1945, recebeu nova influência, desta vez advinda do PTB, havendo posteriormente aliança entre comunistas⁴¹ e trabalhistas, aliança esta que se consolidou em favor das Reformas de base. Nesse contexto, as lutas políticas acabaram por se sobrepôr às econômicas, o que não era uma posição unânime, visto que o movimento sindical abrigava diferentes posições e concepções, traduzidas no direcionamento que queriam dar ao movimento⁴², reflexo da luta pela hegemonia dentro deste.⁴³

Uma das principais organizações da Frente Nacionalista e Popular (formada em defesa do nacionalismo e das Reformas de Base), que dava sustentação política ao Plano Trienal dentro das organizações de esquerda, era a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade máxima do movimento estudantil organizado. A UNE participou ativamente da frente nacional formada a favor da posse de Goulart e das Reformas de Base.

O processo de politização do meio estudantil universitário foi lento e gradual, iniciando-se em meados dos anos 50, sob influência da Juventude Universitária Católica

³⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). Op. cit., p. 34.

⁴⁰ Foi criado em agosto de 1961.

⁴¹ Por sua própria organização e suporte programático bem definido (diferentemente do PTB), os comunistas detinham a hegemonia ideológica sobre os setores do sindicalismo urbano em que atuavam.

⁴² O Círculo Operário Católico e os "sindicalistas ministerialistas" (ligados ao Ministério do Trabalho) defendiam que o movimento sindical se restringisse apenas à luta pelos interesses econômicos de cada categoria.

⁴³ NEVES, Lucília de Almeida. Op. cit., p. 63-69.

(JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC), duas organizações vinculadas à Igreja Católica.⁴⁴ A JUC era a organização da Ação Católica Brasileira (ACB), no meio universitário. O desenvolvimento das lutas sociais no país aliadas à vitória da Revolução Cubana de 1959, provocaram mudanças na JUC, que viu-se diante da necessidade de redirecionar seus objetivos cristãos para um plano mais politizado. Com o crescimento de sua influência sobre o meio estudantil, as relações com a alta hierarquia da Igreja começaram a se deteriorar, agravando-se com o reconhecimento que a UNE fez da União Internacional dos Estudantes (UIE). Aldo Arantes, o então presidente da UNE, acabou por ser expulso da JUC, o que acarretou o início da ruptura desta com a Igreja Católica. Da JUC, após fase de transição, surgiu em 1961 a Ação Popular (AP), organização que detinha a hegemonia sobre o movimento estudantil universitário, indicando os seis candidatos a presidente da UNE do XXV ao XXVI Congressos realizados por esta entidade, no decorrer dos anos 60. Registre-se, também, a organização de uma outra tendência de extrema direita, sob inspiração católica, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)⁴⁵, em 1960, presidida por Plínio Corrêa de Oliveira, que tinha como principal objetivo combater o avanço das Reformas de base, principalmente a Reforma Agrária.⁴⁶

Além do movimento sindical e de organizações de esquerda como a UNE, o Plano Trienal também recebeu, nos três primeiros meses, o apoio de três entidades patronais de peso: a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), tendo sofrido, contudo, desde o início, oposição de entidades patronais, como Associações Comerciais (AC), Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA). Tanto as entidades patronais que fizeram oposição ao Plano Trienal, quanto as que o apoiaram inicialmente, concordavam em que a política salarial ali contida não estava clara. Assim é que as críticas, dos que deram apoio inicial, começaram a agudizar-se à medida que cresciam as reivindicações por aumentos salariais. Assim, o presidente passou a sofrer pressões, cada vez maiores, tanto dos grupos econômicos capitalistas (empresários e industriais), quanto dos sindicatos, tendo, ao final

⁴⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). Op. cit. p., 79.

⁴⁵ Para conhecer o pensamento e as atividades desenvolvidas pela TFP ver: MEIO século de epopéia anticomunista.

⁴⁶ LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. História da Ação Popular, p. 25-31.

do mês de maio de 1963, autorizado o aumento dos salários dos servidores públicos e elevado os tetos de crédito.⁴⁷

Com o malogro do Plano Trienal, pois não se conseguira evitar o crescimento da inflação nem acelerar as taxas de desenvolvimento, Goulart, temendo perder o apoio das esquerdas, voltou-se com mais ênfase para as Reformas de Base, alegando serem indispensáveis para alavancar o capitalismo industrial brasileiro. Além disso, como nos diz TOLEDO, *as reformas se impunham para atenuar as tensões sociais acumuladas que se expressavam através de conflitos visíveis e latentes*.⁴⁸

Uma das Reformas pretendidas, a Agrária, era o ponto que mais polêmicas gerava. O Plano Trienal a incluía em seu projeto que, em linhas gerais, pretendia fazer a redistribuição das terras, a correção de imperfeições na estrutura agrária, eliminando as formas anti-sociais e anti-econômicas do uso da terra, assim como a incorporação das terras improdutivas ou cultivadas de forma inadequada. Como o governo propunha o pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida pública, a votação do projeto no Congresso tinha que ser precedido por uma emenda constitucional que, proposta pelo PTB, foi derrotada por setores do PSD e UDN (representantes dos grandes proprietários rurais), apesar da ampla campanha que visava pressionar o Congresso. Leonel Brizola, mais uma vez, liderou essa mobilização que teve a participação ativa do movimento sindical (CGT), de congressistas da Frente Parlamentar Nacionalista (defendiam o nacionalismo e as reformas de base) e do movimento estudantil, e se manifestava através de comícios, passeatas e ameaças de uma greve geral.⁴⁹

Ao mesmo tempo em que setores da direita (PSD e UDN), ligados aos grandes proprietários rurais, inviabilizavam o projeto de Reforma Agrária do governo, cresciam as manifestações em defesa das Reformas (movimento estudantil e sindical, Frente Parlamentar Nacionalista, Partido Comunista, Ligas Camponesas, etc.). Pressionado por duas frentes opostas e sem uma base que lhe desse sustentação no Congresso, Goulart ficou cada vez mais isolado politicamente.⁵⁰

Após uma tentativa frustrada de pedido de decretação do Estado de Sítio ao Congresso Goulart, num esforço para superar a crise (e barrar um movimento conspiratório da direita), encaminhou uma série de leis ao Congresso, entre elas a da Reforma Agrária

⁴⁷ FIGUEIREDO, Argelina Chcibub. Op. cit., p. 101-113.

⁴⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. Op. cit., p. 35.

⁴⁹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, Op. cit., p. 113-119.

⁵⁰ TOLEDO, Caio de Navarro de. Op. cit., p. 36-37.



(15 de março de 1964), dois dias após ter realizado um gigantesco comício na Central do Brasil, onde discursou de forma inflamada, fazendo defesa veemente da Reforma Agrária e demais Reformas de Base.⁵¹

Esse comício, assim como as leis enviadas ao Congresso, serviram para acelerar o desfecho do governo Goulart. Desde o início do mês de março de 1964, os setores conservadores se manifestavam publicamente, através de passeatas, em escala nacional, reivindicando o *impeachment* do presidente, sendo a mais famosa destas manifestações a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, ocorrida em 19 de março do referido ano, em São Paulo, com o amplo apoio do governo do estado (o governador Ademar de Barros foi um dos articuladores do movimento que depôs Goulart), da FIESP, da Sociedade Rural Brasileira e de setores da Igreja Católica.⁵²

A Igreja, que ao longo da década de 50 começou a manifestar, através de alguns de seus setores eclesiásticos, uma crescente preocupação com as questões rurais, intensificou seu envolvimento em defesa da Reforma Agrária entre 1961 e 1964, muito embora as declarações mais progressistas do início da década de 60 contivessem suas limitações: ainda estava presente a crença de que o desenvolvimento da Economia poderia resolver os problemas mais sérios da população rural, além de se acreditar que era possível a cooperação entre os proprietários rurais e os camponeses o que melhoraria as condições de vida destes últimos. Outra crença, a de que o Estado era um agente que poderia viabilizar as reformas sociais, proporcionou o apoio da CNBB ao governo, apesar de terem havido alguns conflitos entre Estado e os setores conservadores católicos. Mas, a “ameaça” que o avanço das idéias comunistas representava, fez com que as perspectivas da hierarquia católica brasileira se modificassem em relação à questão agrária.⁵³

Não se deve esquecer, ainda, que no apoio dado à **Marcha**, a Igreja estava cumprindo o seu papel de organização cultural que, segundo GRAMSCI apud PORTELLI, é o de difundir a ideologia do grupo social dirigente⁵⁴. Naquele momento divulgava-se que Goulart estava levando o país à “subversão” e à “agitação social”, tomando um vulto imenso o medo de “comunização” do Brasil. A revolta dos marinheiros, no dia 25 de março de 1964, dirigida pelo Cabo Anselmo e o comparecimento de Goulart a uma reunião, cinco dias depois, na Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da

⁵¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. cit., p. 367.

⁵² TOLEDO, Caio de Navarro de. Op. cit., p. 39.

⁵³ MAINWARING, Scott. Op. cit., p. 72-77.

⁵⁴ PORTELLI, Hugues. Op. cit., p. 27.

Guanabara, onde fez denúncias (transmitidas pelo rádio e televisão) de pressões que estaria sofrendo dos setores conservadores apoiados pelos Estados Unidos, “confirmaram” tal visão, fazendo com que os militares, a 31 de março de 1964, deflagrassem o movimento que depôs Goulart e implantassem um sistema autoritário de governo (que perdurou por 21 anos), sem resistência das esquerdas e dispositivo militar que deveria defender a permanência legal do presidente ⁵⁵.

SODRÉ resume bem este movimento quando afirma que a sua fachada militar *esconde seu conteúdo profundamente reacionário, (...), que resultou da mobilização das forças mais retrógradas da sociedade brasileira.*⁵⁶

⁵⁵ TOLEDO, Caio de Navarro de. Op. cit., p. 38-40.

⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de. Op. cit., p. 105.

CAPITULO II – IGREJA E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE

Como foi visto no capítulo anterior, no início dos anos 60 o Brasil atravessou um período de crise política e econômica, onde foram intensas as mobilizações da sociedade civil. Mas como a política no Rio Grande do Norte teria se desenvolvido neste período? Qual teria sido a participação da Igreja Católica nesse processo? E como o movimento que depôs o presidente João Goulart se instalou no Estado? É o que pretendemos enfocar neste capítulo.

O nacional e o local: encontros e desencontros

Nas eleições de 1960, a população do Rio Grande do Norte votou para eleger, além de presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador do Estado, prefeito e vice-prefeito de Natal.

Como no restante do país, no Rio Grande do Norte as idéias nacionalistas impulsionaram uma intensa movimentação política vivenciada pelos setores populares⁵⁷. Aqui, os setores progressistas (estudantes, sindicalistas, políticos de esquerda) apoiaram o Marechal Henrique Teixeira Lott (PSD), que se apresentava como candidato nacionalista. Apesar de seu declarado combate às idéias comunistas, naquele momento o importante *era preservar a continuidade das instituições democráticas e assegurar a defesa das riquezas nacionais*⁵⁸. Para o governo do Estado, o candidato das oposições foi Aluizio Alves, dissidente da UDN que, embora originariamente ligado aos setores oligárquicos locais, representou, nas eleições de 1960, uma força “modernizadora”.

Desde 1946, Alves era deputado federal, mantendo vínculos estreitos com a UDN de José Augusto Varela e Dinarte Mariz (dois representantes da elite agrária do Estado), tendo sido o deputado mais votado em 1958. Dinarte Mariz, o então governador, lançou como candidato a sua sucessão o deputado federal Djalma Marinho, com Vingt Rosado como vice, por discordar da candidatura de Alves. Este acabou recebendo o apoio além do PSD, do PTB, do Partido Democrata Cristão (PDC) e do PTN sendo que os três últimos

⁵⁷SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política*, p. 61.

⁵⁸GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler*, p. 31-32.

formaram a coligação denominada de **Cruzada da Esperança**. O apoio do PSD só veio após a retirada da candidatura do deputado Teodorico Bezerra em favor de Alves (através de uma aliança que havia sido feita entre a dissidência da UDN e o PSD). As forças de esquerda do PTN, que lançaram a candidatura de Djalma Maranhão para prefeito de Natal, foram as mesmas que apoiaram a candidatura de Aluizio Alves⁵⁹. Vale dizer ainda que, no Estado, tanto o PSD como a UDN, se originaram dos quadros do Partido Popular — PP⁶⁰ (fundado em 1933 e extinto em 1937), legítimo representante da oligarquia algodoeiro-pecuária.⁶¹

Candidato a prefeitura de Natal pelo PTN, Djalma Maranhão era ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo militado durante 16 anos na clandestinidade. Expulso do partido em 1946, por ter entrado em atrito com a direção comunista local, dirigiu-se para o **caféismo** (onde se agrupavam os progressistas do Rio Grande do Norte que lutavam contra o Estado Novo e o fascismo)⁶². Assim, Maranhão passou então a integrar o Partido Social Progressista (PSP), fundado por Café Filho, assumindo posteriormente a sua direção no Estado. Mas, como Maranhão se recusou a votar em Ademar de Barros (governador de São Paulo), o diretório do PSP se dissolveu no Rio Grande do Norte. Comandando, então, as forças progressistas do Estado, Djalma Maranhão organizou o PTN local com a participação de lideranças estudantis, sindicais e antigos partidários do **caféismo**, vindo também a ser expulso deste, por recusar-se a apoiar a candidatura de Jânio Quadros a presidência da República nas eleições de 1960⁶³.

Ainda como integrante do PTN, Djalma Maranhão lançou sua candidatura a prefeito de Natal, em janeiro de 1960, para concorrer às eleições de outubro do mesmo ano. Como já havia sido prefeito desta cidade no período de 1956 a 1959 (nomeado em decorrência de uma aliança com Dinarte Mariz — candidato opositorista udenista que fora eleito governador em 1955, com o apoio do **caféismo** representado pelo mesmo Maranhão), o PDC e o PSD, alegando que isto ocorrera num período imediatamente anterior às eleições de 1960 (havia um dispositivo constitucional que versava sobre isto), tentaram impugnar a sua candidatura. Ocorre que, após o seu rompimento com Dinarte Mariz (1959), Djalma Maranhão havia renunciado à prefeitura e assumido, na Câmara

⁵⁹ GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo*, p. 49-50.

⁶⁰ Sobre a origem e atuação do PP no Rio Grande do Norte, ver: COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*, p. 33-54.

⁶¹ GERMANO, José Willington. *Op. cit.*, p. 46-47.

⁶² GOES, Moacyr de. *Op. cit.*, p. 15.

⁶³ GOES, Moacyr de. *Da fidelidade e do risco*, p. 14-17

Federal, o cargo de deputado federal (era 1º suplente desde as eleições de 1958, já pela legenda do PTN), tendo se destacado como membro da Frente Parlamentar Nacionalista. Assim, quem estava realmente no comando da Prefeitura, naquele momento, era José Pinto Freire. Portanto, a impugnação foi rejeitada pelo juiz Euvaldo Poty Martins. O PDC e o PSD ainda recorreram ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), mas este, por unanimidade, manteve a decisão do juiz⁶⁴.

Antes mesmo da decisão do TRE (que só foi divulgada em março), a campanha em prol das candidaturas que representavam a defesa do nacionalismo ganhou as ruas. Em 27 de janeiro de 1961, os 11 principais sindicatos do Rio Grande do Norte (Estivadores, Sapateiros, Combustíveis, Minerais, Construção Civil, Bombeiros, Alfaiates, Indústria do Vestuário, Condutores de Veículos Rodoviários, Empregados no Comércio Hoteleiro e Sindicato dos Tecelões) conclamaram todos os natalenses a formar uma Frente Popular Nacionalista (sem ligações com políticos ou grupos econômicos, com vínculos apenas com o povo), em defesa das candidaturas de Lott para presidente e de Djalma Maranhão para prefeito de Natal. No dia 29, dois dias depois, portanto, os estudantes fundaram o Comitê Nacionalista Estudantil Pró-Marechal Lott com as mesmas perspectivas políticas. Como o PTN era uma legenda insignificante dentro do Estado, as tendências de oposição e de esquerda de Natal se aglutinaram em torno de Djalma Maranhão. Assim, sua campanha foi organizada em torno dos **Comitês Nacionalistas**, também denominados de **Comitês Populares** ou **Comitês de Rua**, vez que eram organizados por ruas e bairros⁶⁵.

De início, surgiram os **Comandos Populares** com o encargo de organizar toda a campanha, sendo compostos por políticos, estudantes, intelectuais, líderes sindicais e de bairros. Desses Comandos foram criados os **Acampamentos Nacionalistas** (barracas de lonas instaladas próximo à feiras e mercados), encarregados de fazer o alistamento eleitoral, além de arrecadar contribuições financeiras através de urnas instaladas nestes locais. Com o surgimento dos **Comitês Nacionalistas**, acentuou-se o processo mobilizatório, espalhando-se pelos bairros e ruas de Natal, chegando a existir cerca de 240 **Comitês**. A população participou efetivamente da campanha organizando-se em torno da arrecadação de fundos e demais atividades. Além dos comícios, havia debates sobre temas nacionalistas, tanto no Fórum de Debates (Rua João Pessoa — Grande Ponto) como nos

⁶⁴ GERMANO, José Willington. Op. cit., p. 68-70.

⁶⁵ GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler*, p. 32-33.

bairros populares⁶⁶. Nas palavras de GÓES, vislumbra-se como se davam essas discussões com os setores populares:

Os quadros políticos que integravam a equipe de Djalma Maranhão (já aí apoiando para o Governo do Estado Aluizio-Walfredo), vão levar para os Comitês, que se fundam, principalmente, na periferia da cidade, a discussão nacional dos problemas brasileiros (o imperialismo, a dependência econômica, a SUDENE, o latifúndio, a oligarquia, o colonialismo cultural) e vão receber dos integrantes dos Comitês as lições das realidades das coisas (a falta de água, de escolas, de hospitais, de emprego, de transporte, de garantias de direitos, etc.). Esses dois discursos se somam e, pouco a pouco, vão constituindo a plataforma política⁶⁷.

Esse processo de intensa mobilização deu origem à I Convenção Estadual do Movimento Nacionalista, realizada nos dias 6 e 7 de setembro de 1960 (sede do Alecrim Clube), da qual participaram mais de 200 comitês de Natal, além das representações do interior do Estado. No evento, foram homologadas as seguintes candidaturas: Marechal Henrique Teixeira Lott (presidente) e João Goulart (vice-presidente); Aluizio Alves (governador) e Monsenhor Walfredo Gurgel (vice-governador); Djalma Maranhão (prefeito) e Luiz Gonzaga dos Santos (vice-prefeito). Cabe dizer, ainda, que Aluizio Alves, apesar do apoio que recebeu do Movimento Nacionalista, não se manifestava com relação às candidaturas Lott-Goulart, pois, embora dissidente da UDN, manifestava um discreto apoio à Jânio Quadros (candidato a presidência pelo PTN e que recebeu apoio dos udenistas)⁶⁸.

Em outubro de 1960, realizaram-se as eleições e, em Natal, a esquerda nacionalista obteve uma grande vitória, que se traduziu nos resultados obtidos pelos candidatos apoiados pelo Movimento Nacionalista: Lott obteve 65,16% dos votos; Jânio Quadros 27,66% (apesar do apoio do governador Dinarte Mariz e da ala udenista de Aluizio Alves); Goulart (que foi eleito vice-presidente) obteve 60,75% dos votos; para governador, Aluizio elegeu-se com 68%; e Djalma Maranhão saiu vitorioso para prefeito de Natal com 66% dos votos. Foram eleitos, ainda, Monsenhor Walfredo Gurgel e Luiz Gonzaga dos Santos, vice-governador e vice-prefeito, respectivamente.⁶⁹

⁶⁶ GERMANO, José Willington. Op. cit., p. 71-72.

⁶⁷ GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler*, p. 33.

⁶⁸ GERMANO, José Willington. Op. cit., p. 73-74

⁶⁹ GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler*, p. 32.

Contradições do governador “progressista”

Aluizio Alves, assumiu o governo a 31 de janeiro de 1961, tendo caracterizado sua administração pelo “progresso”, destacando-se, como primeiro aspecto a modernização administrativa, quando se implantou o planejamento, e o Estado passou a programar racionalmente suas formas de intervenção. Para financiar seu programa governamental, Aluizio Alves foi buscar recursos na **Aliança Para o Progresso**⁷⁰. Como a situação política do Nordeste brasileiro era fonte de preocupação para os Estados Unidos, sobretudo no que se referia à organização dos trabalhadores rurais pelas Ligas Camponesas, os norte-americanos desejavam “apoiar” governos estaduais que, além de desejarem a “modernização” e “desenvolvimento” de seus Estados, não pendessem politicamente para a esquerda e Alves correspondia muito bem a esse “perfil”.

A respeito desses recursos adquiridos pelo governador junto ao organismo norte-americano, o jornal católico *A Ordem* publicou matéria de destaque, noticiando que Aluizio Alves havia conseguido *vinte milhões de dólares (mais de oito bilhões em cruzeiros, ...*⁷¹ para financiar projetos no Rio Grande do Norte, destacando o destinado a ampliar e melhorar o sistema de educação primária e básica do Estado (por causa da entrada no Rio Grande do Norte de vultosas quantias de capital estrangeiro, Djalma Maranhão retirou seu apoio político ao governador, sendo que o rompimento definitivo ocorreu quando Aluizio Alves se recusou a apoiar a candidatura do prefeito ao senado, em 1962).⁷²

O segundo aspecto que caracterizou a administração de Aluizio Alves foi a implantação de uma infra-estrutura que possibilitasse o “desenvolvimento” e o progresso do Rio Grande do Norte: a eletrificação, o abastecimento de água, estradas e telecomunicações foram elementos impulsionados na sua administração. Criaram-se empresas de economia mista, como a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN), responsável pela distribuição no Estado da energia de Paulo Afonso, e a Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (TELERN).⁷³

Outro traço do governo Aluizio Alves foi a junção de práticas “modernizadoras” (já

⁷⁰ Criada em 1961, durante a Conferência de Punta Del Este, a **Aliança para o Progresso** era um organismo norte-americano que tinha o objetivo de intervir em países latino-americanos, com o intuito de contribuir para deter possíveis avanços de ideais revolucionários das camadas populares.

⁷¹ A ORDEM, p. 5, 4 ago. 1962.

⁷² GERMANO, José Willington. Op. cit., p.57-58.

⁷³ Ibid., p. 62.

referidas nos parágrafos anteriores), com práticas “clientelísticas/conservadoras” como, por exemplo, o “inventário político”⁷⁴ tão praticado em administrações passadas e, por ele criticadas. Destaque-se a criação de três ou quatro mil novos cargos públicos, através da reforma administrativa que promoveu (lei nº 3.117 de 10 de abril de 1965), ao final de seu mandato.⁷⁵

Por último, deve-se apontar o lado extremamente autoritário e repressivo que caracterizou a administração aluizista, como por exemplo, a repressão desencadeada sobre o movimento estudantil do Rio Grande do Norte, menos de um mês depois de sua posse. Informado de um trote que seria realizado pelos estudantes da Faculdade de Direito, no dia 20 de fevereiro de 1961, em que estariam portando cartazes com críticas duras a procedimentos administrativos e políticos de sua gestão, Aluizio Alves desencadeou uma intensa repressão sobre os estudantes, impedindo-os de realizarem a passeata que costumava sair da Ribeirã (onde era situada a Faculdade) e percorria as principais ruas da cidade. A violência empregada pela polícia militar, encarregada pelo governador de impedir a manifestação, desencadeou um grande número de protestos de diferentes segmentos da sociedade (estudantes, vereadores, autoridades públicas como o Major Valdo Sette de Albuquerque, à época delegado da Rede Ferroviária do Rio Grande do Norte, entre outros).⁷⁶

Outro episódio que ilustra o autoritarismo com que Aluizio Alves tratava os estudantes, se deu em fins de maio de 1963. O jornalista Fernando Luiz Cascudo coordenava um programa radiofônico na Faculdade de Filosofia, intitulado Encontro Marcado. Como os estudantes ameaçaram impedir sua realização, o programa foi suspenso. Tendo o governador, junto com seu ajudante de ordem, Tenente Armindo Medeiros, ido assistir ao programa. Ao saber do boicote colocaram o muro abaixo.⁷⁷

Além da repressão aos estudantes, este governador também reprimiu outras categorias que se manifestaram coletivamente em sua gestão, como a Construção civil e a Polícia Militar.⁷⁸ Mas, o que melhor representa a característica autoritária e repressora do governo Aluizio Alves, foi a forma como se comportou frente ao sistema autoritário implantado no Brasil, após a deposição de João Goulart, pelo movimento deflagrado em 31

⁷⁴ Processo que se caracterizou por, ao término de uma gestão, beneficiar a amigos e correligionários políticos com empregos e aposentadorias em bons cargos públicos.

⁷⁵ GERMANO, José Willington. *Op. cit.*, p. 57-62.

⁷⁶ SILVA, Justina de A. *Op. cit.*, p. 67-68.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 69.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 69.

de março de 1964.

Em Natal, no dia 1º de abril daquele ano, as tropas do Exército ocuparam os pontos estratégicos da cidade, enquanto a população assistia a tudo passivamente. Após ter lançado nos meios de comunicação uma primeira nota (4 de abril – madrugada) em que pedia ao povo que se mantivesse calmo e prometia tudo fazer para garantir a ordem democrática, Alves lançou, no dia seguinte, uma segunda nota em que dava total apoio às Forças Armadas. Além disso, ele mesmo instituiu uma Comissão de Investigação no Estado (paralela à Comissão Geral de Investigações local, presidida pelo Major do Exército Heider Nogueira Mendes), contratando em Pernambuco dois policiais especializados: Carlos Moura de Moraes Veras, treinado no FBI, Estados Unidos, e José Domingos da Silva.⁷⁹ O decreto que instituiu essa Comissão, destinou-a à *apuração de atos e atividades dos servidores civis ou militares e estabelece o respectivo processo*, determinando em seu artigo 1º que deveriam ser investigadas todas as ações *que envolvam atividades subversivas e anti-nacionais, bem como aquelas que se exercem ou se exerceram contra o patrimônio público ou desrespeito à autoridade constituída ...*⁸⁰

Djalma Maranhão: o Prefeito do Subúrbio

Djalma Maranhão, o primeiro prefeito eleito de Natal, tomou posse em 5 de novembro de 1960, sem que o anterior, José Pinto Freire, lhe transmitisse o cargo. Enquanto isto, o povo comemorou nas ruas a posse do novo prefeito, com a presença de blocos carnavalescos, conjuntos de danças folclóricas, além dos Comitês Nacionalistas, integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista (da qual Djalma Maranhão fez parte) e políticos locais.⁸¹

Como referido anteriormente, o novo chefe do Executivo já fora prefeito nomeado de Natal (1956-59). Nessa primeira gestão, sua administração caracterizou-se por uma política voltada, sobretudo, para as áreas carentes da cidade, tendo recebido, por parte dos seus desafetos políticos do PSD, a alcunha de **Prefeito do Subúrbio**.⁸² A importância que Djalma Maranhão atribuía às camadas populares pode ser percebida na ampla inserção do povo em sua campanha, através dos Comitês Nacionalistas.

⁷⁹ GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 5-6.

⁸⁰ Decreto nº 4.224, 20 de abril de 1964.

⁸¹ GERMANO, José Willington. Op. cit., p. 85-86.

⁸² GÓES, Moacyr de (Org.) *Dois livros de Djalma Maranhão no exílio*, p. 22.



O novo prefeito organizou sua plataforma administrativa a partir das reivindicações populares levantadas dentro dos Comitês, tendo elegido como meta número um de sua administração a educação e a cultura, surgindo, então, a famosa **Campanha de pé no chão também se aprende a ler**, que tinha como um dos seus objetivos centrais erradicar o analfabetismo na cidade.⁸³

Djalma Maranhão procurou pautar sua gestão em função dos interesses populares. Cite-se, entre outros exemplos o da greve deflagrada pelas empresas de transportes coletivos de Natal, com o objetivo de aumentar as tarifas cobradas, em julho de 1961. O prefeito não só resistiu às pressões do empresariado, como organizou outras formas (caminhão, carros, ônibus, etc.) da população se deslocar (em cooperação com a Rede Ferroviária do Nordeste e as Forças Armadas). Além disso, anulou as concessões anteriores da linha nº 1 — Rocas-Alecrim (decreto 544-05.07.61) e abriu novas concessões, o que fez os empresários recuarem e aceitarem a tarifa proposta pela Prefeitura. Destaque-se também a desapropriação de terrenos nas áreas que hoje formam os bairros de Brasília Teimosa e Mãe Luiza, onde estava se formando uma favela, devido a invasão de várias famílias pobres. Após a desapropriação, os terrenos foram entregues às referidas famílias em regime de usufruto, sendo que não poderiam ser negociados de nenhuma forma, embora pudessem ser transferidos de pais para filhos, dando, assim, àquelas famílias condições de moradia na orla marítima (área nobre da cidade). Pode-se citar ainda a construção de mercados públicos (Quintas e Igapó — na 1ª gestão — e Nova Descoberta, Lagoa Seca, durante a 2ª gestão), todos em áreas pobres da cidade, de chafarizes, as bibliotecas populares, os parques infantis e as quadras de esporte, dentre outras ações de interesse da maioria da população.⁸⁴

Essas atitudes de Djalma Maranhão frente à prefeitura, suas ligações com as forças progressistas e, sobretudo, sua condição de ex-militante do PCB, não agradavam nem aos grupos conservadores do Rio Grande do Norte nem a alta hierarquia da Igreja Católica. Tanto é que nas eleições de 1962 (o prefeito de Natal candidatou-se ao senado, não tendo sido eleito) a Igreja organizou a Liga Eleitoral Pró-Família, com o objetivo de orientar os católicos, a não votarem em candidatos comunistas (numa clara alusão à Djalma

⁸³ Sobre a *Campanha de pé no chão também se aprende a ler* ver: GERMANO, José Willington. *Op. cit.*, p. 99-124; GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler*. p. 66-133; MARANHÃO, Djalma. *De pé no chão também se aprende a ler: a escola brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido*. In: GÓES, Moacyr (Org.). *Dois livros de Djalma Maranhão no exílio*.

⁸⁴ GERMANO, José Willington. *Op. cit.*, p. 85-92.

Maranhão) e/ou outros sobre os quais pesassem suspeitas de serem adeptos das idéias comunistas ou de tendências marxistas.⁸⁵

A implantação do sistema autoritário de governo, em 1964, representou o epílogo da administração do *Prefeito do subúrbio*, pondo fim aos “temores” da cúpula da Igreja e dos grupos conservadores.

Quando tomou conhecimento do movimento deflagrado no dia 31 de março, o prefeito Djalma Maranhão prontamente ficou ao lado da legalidade que, naquele momento, era representada pelo legítimo presidente da República, João Goulart. Após ter comunicado sua posição ao comando militar local, fez publicar uma nota nos meios de comunicação, divulgando sua posição de apoio ao Presidente da República, colocando a Prefeitura como **Quartel-general da legalidade e da resistência**. Os comandantes militares (Contra-almirante Mário Cavalcanti de Albuquerque, Comandante Naval de Natal e o Coronel Alberto Carlos de Mendonça Lima, Comandante da Guarnição Militar de Natal), que entenderam a nota do prefeito como uma ameaça, também se manifestaram com uma nota, através dos órgãos de imprensa, denunciando a preparação de uma “greve geral” e ameaçando empregar o uso da força e da violência para assegurar a defesa da ordem pública.⁸⁶

No dia 2 de abril, o prefeito Djalma Maranhão e o vice-prefeito Luiz Gonzaga dos Santos foram presos. A Câmara Municipal de Natal declarou o **impeachment** dos dois e o 1º vice-presidente da Câmara, Raimundo Elpídio, assumiu a prefeitura, permanecendo no cargo apenas por três dias. No dia 6 de abril, tomou posse o novo prefeito da cidade, Contra-almirante Tertius César Pires de Lima Rebelo e o vice-prefeito, Raimundo Elpídio.⁸⁷ No dia 7 de abril a **Marcha da Família, com Deus pela Liberdade** tomou conta das principais ruas da cidade, comemorando a vitória do movimento, que salvaguardara a integridade e a ordem da Pátria. GALVÃO, contemporânea aos fatos, assim descreveu a Marcha:

*O povo massificado atendeu, entusiasmado, a convocação do governo, cantou o Hino Nacional, aplaudiu e deslumbrou-se com as promessas de paz, progresso e salvação da pátria. Foguetões espocavam naquela tarde chuvosa. Pude observar a alegria das pessoas que voltavam da concentração, cansadas e suadas mas com o Brasil “salvo” de todos os males.*⁸⁸

⁸⁵ COSTA, Homero de Oliveira. Op. cit., p. 153

⁸⁶ GALVÃO, Mailde Pinto. Op. cit., p. 11-14.

⁸⁷ Ibid., p. 25-35.

⁸⁸ Ibid., p. 42.

Igreja Católica: organização cultural no Rio Grande do Norte

As ligações entre a Igreja Católica e os poderes constituídos no Rio Grande do Norte, durante o início dos anos 60, eram bastante próximas, mas isso remonta a décadas anteriores. Ainda em 1945, foi fundada a Escola de Serviço Social no Rio Grande do Norte pela Juventude Feminina Católica (JFC)⁸⁹, e as atividades do que veio a ser denominado **Movimento de Natal** tomaram vulto. De início este Movimento caracterizou-se pela associação de problemas de ordem religiosa-temporal com problemas de ordem exclusivamente temporal, como por exemplo, educação e saúde. Deve-se, no entanto, inserir essas ações no contexto de um amplo movimento de modernização do país, após a 2ª Guerra Mundial, que influenciou a Igreja a redirecionar-se.

A JFC, dirigida pelo Pe. Nivaldo Monte e a Juventude Masculina Católica (JMC)⁹⁰, dirigida por D. Eugênio Sales, ambos organismos da ACB no Rio Grande do Norte, em conjunto com a Escola de Serviço Social, desenvolveram uma ampla e variada atividade social e catequética na periferia de Natal, envolvendo clube de mães, orfanatos, escolas-ambulatório, etc. Em 1948 fundou-se o Patronato de Ponta Negra, que foi utilíssimo como local de treinamento de líderes rurais a partir de 1952, além de ter servido para Encontros e Cursos do Secretariado do Nordeste, da CNBB. Essas atividades da Igreja receberam amplo apoio de políticos e representantes de órgãos federais e estaduais, demonstrando uma grande sintonia entre a igreja e os poderes constituídos.⁹¹

Essa harmonia evidenciava-se também na política partidária, nos anos 40, com a Igreja exercendo seu papel de organização cultural na sociedade civil que, segundo GRAMSCI apud PORTELLI, é de difusor da ideologia do grupo social dirigente.⁹² Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 a igreja atuou de forma sistemática na campanha, organizando uma Liga eleitoral Católica (Departamento Oficial da Ação Católica Brasileira), através da qual orientava os eleitores a votar, apontando os candidatos que não compartilhavam de idéias comunistas. Um instrumento importante, nesta campanha da Igreja, foi o seu jornal **A Ordem**, no qual eram divulgadas matérias específicas sobre as referidas eleições, tendo-se publicado, inclusive, uma relação dos candidatos em quem os católicos poderiam votar todos eles de partidos conservadores como o PSD e a UDN.

⁸⁹ Foi criada em 1936, pela Igreja do Rio Grande do Norte.

⁹⁰ Foi criada em 1945, também pela Igreja do Rio Grande do Norte.

⁹¹ PAIVA, Marlúcia. Op. cit., p. 26-30.

⁹² PORTELLI, Hugues. Op. cit., p. 27.

Registre-se que em Natal, apesar da posição da Igreja, o candidato à Presidência pelo PCB, Yeddo Fiuza, assim como os candidatos deste Partido ao Senado foram os mais votados.⁹³

No início dos anos 50, as questões agrárias passaram a fazer parte das discussões da Igreja Católica com uma conotação mais política. Na região Nordeste, onde os Bispos eram considerados os mais progressistas do Brasil, publicou-se um documento, em 1956, que, entre outras coisas, afirmava que apenas o desenvolvimento econômico, sem haver uma redistribuição de terras, não solucionaria os problemas dos moradores da área rural (Pastoral da terra).⁹⁴ O Nordeste estava em grande evidência no centro das discussões sobre a Reforma Agrária. Em 1955, no **I Congresso Camponês de Pernambuco** (participaram cerca de três mil camponeses e trabalhadores rurais), nasceu a estrutura orgânica das Ligas Camponesas, elegendo-se a sua primeira diretoria, sendo que este organismo se consolidaria na organização dos trabalhadores rurais, desempenhando um papel de destaque nas lutas sociais desencadeadas no campo, em especial pela Reforma Agrária, durante a década de 60. Uma vitória emblemática que as Ligas obtiveram, em meio a intensa repressão e conflitos com os grandes proprietários rurais e seus representantes governistas, foi a desapropriação do Engenho Galiléia em 1959 (Pernambuco) que teve uma repercussão nacional muito grande, tendo esta medida recebido duras críticas nos órgãos de imprensa ligados às elites.⁹⁵

Para deter o avanço das Ligas Camponesas e do PCB sobre a organização dos trabalhadores rurais, a Igreja passou a desenvolver uma ação mais firme e eficiente no campo. O marco para essa virada foi a Carta publicada por D. Inocêncio Engelk, em 1950⁹⁶, embora apenas ao final daquela década as ações tenham se intensificado. No Rio Grande do Norte, materializaram-se na organização de inúmeros sindicatos rurais no início da década de 60. O Serviço de Assistência Rural (SAR), após ter consolidado sua atuação no meio rural do Estado, por intermédio de ações que envolveram a educação com as escolas radiofônicas, colonização, assistência médico-hospitalar, artesanato, cooperativismo, assistência técnica e jurídica, entre outras desenvolvidas ao longo da década de 50, criou um setor de sindicalização rural em sua estrutura, impulsionado por D. Eugênio Sales (pioneiro, no Brasil, da sindicalização rural orientada pela igreja). Este dignitário eclesiástico utilizou-se do SAR, da Emissora de Educação Rural, do jornal

⁹³ COSTA, Homero de Oliveira. Op. cit., p. 131-132.

⁹⁴ MAINWARING, Scott. Op. cit., p. 74.

⁹⁵ AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*, p. 66-73.

⁹⁶ FAUSTO, Boris (Dir.). Op. cit., p. 145.

católico **A Ordem**, enfim, de toda a estrutura de que a Igreja Católica dispunha no Estado (física, material e humana), para viabilizar seu projeto, devendo-se, entretanto, ressaltar que a própria conjuntura política que o país atravessava naquele momento, favoreceu o intenso movimento de organização dos trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais (resguardando-se, obviamente a especificidade deste movimento de sindicalização rural ter sido organizado, em parte, pela Igreja). Com tão grande organização, esta Instituição acabou detendo a hegemonia sobre o movimento sindical rural no Rio Grande do Norte (foram mais de 60 sindicatos fundados até 1964, uma Federação constituída, além de ter associado cerca de 50.000 trabalhadores em 118 municípios).⁹⁷

Sobre a sindicalização rural ocorrida no Estado, destaque-se dois aspectos: primeiro, o papel fundamental desempenhado pelos padres, tanto como elo de ligação entre a alta hierarquia e o campesinato, quanto como veiculadores da visão sindical que a Igreja tinha, cumprindo muito bem sua função de intelectual orgânico desta Instituição.⁹⁸ O segundo ponto a se destacar é uma contradição: ao mesmo tempo em que a Igreja patrocinou um amplo processo de sindicalização rural, motivada pelo desejo de deter o avanço das Ligas Camponesas e do PCB sobre a organização dos trabalhadores rurais, alegando serem os dois organismos (Ligas e PCB) propagadores da “agitação social” e de ideais “comunistas”, utilizou-se bastante do seu órgão de imprensa **A Ordem**, para denunciar continuamente a exploração e a perseguição que os trabalhadores rurais sofriam, como no artigo *A “Invasão de Terras” foi inventada pelo Prefeito de Lagoa Dantas para prejudicar o sindicalismo rural*⁹⁹, entre outros. Por causa desta intensa sindicalização a Igreja recebeu, em diversas ocasiões, o epíteto de “comunista”, dos proprietários rurais e/ou políticos ligados aos mesmos, como o atestaram artigos também publicados no jornal **A Ordem**.¹⁰⁰

Esse cenário sofreu alterações com a implantação do sistema autoritário de governo em 1964. Num período imediatamente posterior ao movimento que depôs Goulart, o SAR redirecionou as suas ações e reativou o trabalho na área do cooperativismo, sobretudo com o artesanato nas áreas litorâneas; priorizou a prestação de serviços ao homem do campo e passou a atuar em parceria com o Estado na implementação de alguns projetos, entre eles o

⁹⁷ CRUZ, Dalcy da Silva. Igreja Católica no RN: participação política e social nos anos 60. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (Org.). Op. cit., p. 66-86.

⁹⁸ PORTELLI, Hugues. Op. cit., p. 87.

⁹⁹ A ORDEM, p. 5, 18 jan. 1964.

¹⁰⁰ *Ignorância Ruinosa* (p. 2, 1º fev. 1964), *A ORDEM e os Sindicatos Rurais foram o assunto* (p. 1, 8 fev. 1964), entre outros.

Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra (PIPMO), etc.¹⁰¹

A confiança e a satisfação manifestadas pelos setores conservadores da Igreja, através de seu jornal **A Ordem**, com relação ao movimento que depôs o Presidente da República, refletiu a sua “afinidade” com o novo governo constituído e isto se evidenciou nos próprios títulos das matérias publicadas: *Realismo* (p. 1, 4 abril 1964); *1º de ABRIL, NOVA DATA NA HISTÓRIA* (p. 3, 4 abril 1964); *Natal: vida normal em fim de crise* (p. 6, 4 abril 1964); *Bem Comum* (p. 1, 11 abril 1964); *A FESTA DA VITÓRIA* (p. 11, 11 abril 1964); “*Devemos apoiar o Marechal Castelo Branco no seu esforço pelo bem comum*” (p. 2, 25 abril 1964), entre outros.

¹⁰¹. ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. A Igreja e o campo: os momentos de uma rica trajetória. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de A. Op. cit., p. 101.

CAPÍTULO III – A *ORDEM* NA ESTRUTURA IDEOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE

A Igreja Católica do Rio Grande do Norte utilizou-se bastante de seu órgão de imprensa, **A Ordem**, como um importante instrumento de divulgação ideológica no combate às idéias comunistas, conforme foi visto anteriormente. Para entender como se deu este processo durante os meses de janeiro a abril de 1964, período que vai dos meses que antecederam o movimento que depôs Goulart, até dias após sua deflagração, faz-se necessário conhecer a trajetória do referido jornal e como este meio de comunicação divulgava a visão da Igreja sobre as idéias comunistas, analisando-se alguns artigos de **A Ordem**, escritos no referido período e que versavam sobre este tema.

A Ordem: sua trajetória

O jornal católico **A Ordem** foi fundado no Rio Grande do Norte a 14 de julho de 1935, pela Congregação Mariana de Moços, que tinha como presidente do seu centro de imprensa Ulisses de Góes. A equipe responsável pela redação do jornal era: Otto Guerra (redator-chefe); F. Veras Bezerra (redator-secretário) e Manoel Rodrigues Mello (gerente). A sede do órgão situava-se à Rua Dr. Barata, 216 – Natal, tendo uma circulação diária.¹⁰² Criado com o objetivo de contribuir para restabelecer a “ordem” em todas as atividades humanas, iniciando-se pelo indivíduo e perpassando pela família, escola, corporações, economia, política, ciência, arte, direito, sociedade, idéias, costumes e, inclusive, pela fé, este jornal deveria alcançar essas metas sem estabelecer nenhum vínculo partidário, buscando atingir os mais elevados ideais, de acordo com os preceitos da Ação Católica. Assim, ele demonstrava ter propósitos de ação educativa e, também, doutrinária.¹⁰³

Uma observação a ser feita é com relação ao título do jornal: **A Ordem**. Percebe-se claramente que este nome foi inspirado no **Positivismo** (não por acaso), concepção teórica que buscou justificar e consolidar a ordem social liberal burguesa no século XIX. Nos campos econômico e político ou na ciência, a teoria positivista sustentava a idéia de **ordem** e **progresso**. Seu idealizador, Auguste Comte, desenvolveu o conceito de **ordem** no sentido de comando, de arranjo, de princípio ético que devia ser assegurado pelas elites. Os

¹⁰² A ORDEM, 14 jul. 1935.

¹⁰³ SILVA, Maria Medeiros Rocha da. Op. cit., p. 35-36.

pressupostos básicos desta teoria eram: **ordem, propriedade, moral, família, religião, progresso, pátria e trabalho.**¹⁰⁴ Esses princípios eram defendidos com vigor pela Igreja Católica em suas ações, o que se evidencia nos objetivos que o jornal **A Ordem** deveria alcançar.

Em dezembro de 1953, **A Ordem** saiu de circulação alegando-se, em matéria publicada a 31 de dezembro do referido ano, problemas de ordem financeira, atribuídos à falta de cooperação dos católicos. Além disso, destacava-se, também, a necessidade de mudanças de métodos na forma de operá-lo, salientando que esta seria uma parada não definitiva, mas para a ação. Após nove anos, o jornal voltou a circular (1962), desta vez como semanário, por um período bem mais curto (cinco anos), encerrando novamente suas atividades em 1967¹⁰⁵. Conforme informações prestadas, também foi de ordem financeira o motivo principal dessa segunda suspensão da **Ordem**.¹⁰⁶

Em 1999, o jornal voltou a circular novamente, ainda como semanário. Dessa vez, este órgão de imprensa de orientação católica restringe-se exclusivamente a divulgar atividades desenvolvidas pela Igreja. Assim, notícias sobre política (local, nacional e internacional) ou outras informações que não tenham teor religioso são descartadas.

A Ordem circula até os dias de hoje e pode ser adquirido através de um sistema de assinaturas anual, semestral, trimestral ou mensal. Sobre os trinta e dois anos em que o jornal ficou fora de circulação (1967 a 1999), as informações prestadas na Arquidiocese de Natal são de que o motivo principal foi de ordem financeira, o que também é alegado para explicar as novas características que o jornal adquiriu nesta sua atual fase.¹⁰⁷

No período escolhido para desenvolver esta pesquisa, janeiro a abril de 1964, **A Ordem** circulou com edições de oito páginas (com exceção do dia 4 de abril de 1964, data em que circulou uma edição de seis páginas), vendidas (as edições) ao preço de vinte cruzeiros, até 18 de janeiro de 1964, sendo que a partir de 25 de janeiro daquele ano, passaram a ser vendidas ao preço de trinta cruzeiros. As edições circulavam aos sábados, fato significativo pois além de criar uma expectativa nos leitores sobre quais assuntos seriam abordados e as opiniões que seriam emitidas sobre os acontecimentos importantes da semana, era um dia privilegiado para se fazer a leitura do jornal, já que uma parte da população estava de folga. Compunham a equipe responsável por **A Ordem**: Otto Guerra

¹⁰⁴ NUNES, Silma do Carmo. **Concepções de mundo no ensino de História**, p. 110-111.

¹⁰⁵ SILVA, Maria Medeiros Rocha da. *Op. cit.*, p. 91.

¹⁰⁶ Informações verbais prestadas por funcionário do setor de imprensa da Arquidiocese de Natal.

¹⁰⁷ *Ibid.*

(diretor); Moreira de Aguiar (Secretário); Felipe Néri de Andrade (gerente); Xavier Pinheiro (diretor comercial); Padre Manoel Barbosa, Otomar Lopes Cardoso, Ney Lopes de Souza, Marco Antonio Rocha e Tarcisio Monte (redatores); Ivo Dantas, Manoel Onofre e Renira Mota (repórteres); João Wilson M. Melo, Zila Mamede e Hélio Galvão (colaboradores). A partir de 7 de março do referido ano as edições passaram a circular com uma substituição na equipe de colaboradores: José Melquiades no lugar de Hélio Galvão (apesar de esforços empreendidos, não foi possível saber o(s) motivo(s) desta substituição). Nestas edições, além das matérias sobre as atividades religiosas da Igreja Católica, havia notícias sobre: esportes, programação dos cinemas locais, anúncios, notas policiais, notícias sobre a política local, nacional e internacional, entre outras.¹⁰⁸

No período em estudo, janeiro a abril de 1964, inúmeros foram os artigos editados pela *A Ordem* que versavam sobre o comunismo: *Protótipo de proprietário explorador, prepotente e feudal*¹⁰⁹; *Rumos Cristãos*¹¹⁰; *Ignorância Ruinosa*¹¹¹; *PARA ONDE VAMOS?*¹¹², entre outros, tendo sido escolhidos os seguintes para serem analisados neste trabalho: *PARA ONDE VAMOS?*¹¹³ por tratar-se de uma das matérias em que *A Ordem* procurou defender a Igreja Católica das acusações de estar servindo de instrumento para a propagação das idéias comunistas e *FRENTE ÚNICA?*¹¹⁴, um dos artigos em que *A Ordem* questionava a formação da Frente entre cristãos e marxistas.

Observe-se, ainda, que as duas questões levantadas pela *A Ordem*, nos artigos a serem analisados (contestação da acusação de que a Igreja serviria de instrumento à propagação das idéias comunistas e questionamento da Frente Única), eram bandeiras de luta da Igreja Católica Brasileira, assumidas plenamente pela cúpula da Igreja no Rio Grande do Norte.

O jornal, os agentes culturais e a estrutura ideológica

Desde o ano de sua fundação (1935), *A Ordem* foi utilizada como instrumento ideológico de combate às idéias comunistas, devendo-se, no entanto, inserir esta análise

¹⁰⁸ A ORDEM, jan./abril 1964.

¹⁰⁹ Ibid., p. 5, 11 jan. 1964.

¹¹⁰ Ibid., p. 1, 1º fev. 1964.

¹¹¹ Ibid., p. 2, 1º fev. 1964.

¹¹² Ibid., p. 1, 8 fev. 1964.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ Ibid., p. 1, 21 mar. 1964.

num quadro conjuntural mais amplo, onde a crescente propagação das referidas idéias (tanto em nível nacional como internacional) era fonte de preocupação para as elites políticas e a alta hierarquia da Igreja. Em 1931, foi publicada a encíclica papal **Quadragesimo Anno**, em comemoração pelos quarenta anos da publicação de outra encíclica, a **Rerum Novarum** (Papa Leão XIII), através da qual PIO XI versava sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social, fazia uma análise sobre o trabalho social da Igreja, denunciava a ditadura econômica do capital e condenava com veemência o socialismo. Em 19 de março de 1937, nova encíclica foi publicada, a **Divini Redemptoris**, com o objetivo central de condenar as idéias comunistas.¹¹⁵

A Igreja Católica do Rio Grande do Norte seguia os preceitos do Catolicismo Brasileiro e, portanto, as determinações das cartas papais. Assim é que, após a frustrada Insurreição Comunista de 1935¹¹⁶, deflagrada quatro meses após a fundação de **A Ordem**, este jornal, que teve suas instalações ocupadas de 24 a 27 de novembro, durante o referido movimento, a partir de 1º de dezembro (portanto, após ter sido debelado o movimento insurrecional) demonstrou, através de seus artigos, “satisfação” pelo fracasso do golpe “comunista”.¹¹⁷

Outro exemplo do uso do jornal **A Ordem**, enquanto “material ideológico” essencial para a influência exercida pela Igreja dentro da sociedade civil, recorrendo-se aos conceitos teóricos de GRAMSCI apud PORTELLI¹¹⁸, foi quando da realização do IV Congresso Latino-Americano de Estudantes (CLAE), outubro de 1961, em Natal, evento que reuniu representantes de dezoito países latino-americanos e de duas organizações internacionais de estudantes: a UIE e a Secretaria Coordenadora de Uniões Internacionais de Estudantes (COSEC). Contou ainda com a presença, como convidado especial, do então deputado e coordenador das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Além do desejo de estreitar a colaboração entre os estudantes do continente latino-americano, o IV CLAE almejava fazer uma avaliação sobre a Revolução Cubana (ocorrida em 1959).¹¹⁹

A presença da delegação cubana de estudantes em Natal durante esse evento, causou forte reação por parte de setores da Igreja. O jornal **A Ordem** publicou uma edição de repúdio e condenação ao CLAE. O protesto foi tão intenso que organizaram-se

¹¹⁵ OLIVEIRA, Marlúcia Paiva. Op. cit., p. 78-79.

¹¹⁶ Sobre este movimento insurrecional, ver: COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935**, p. 79-125.

¹¹⁷ SILVA, Maria Medeiros Rocha da. Op. cit., p. 43.

¹¹⁸ PORTELLI, Hugues. Op. cit., p. 29-30.

¹¹⁹ SILVA, Justina Iva de A. Op. cit., p. 76.

passéatas que percorreram as ruas principais da cidade, lideradas por freiras e padres. Numa das manifestações realizadas, o Colégio 7 de Setembro (situado no Centro, onde se realizavam os principais eventos políticos da cidade), local onde estava hospedada a delegação cubana que, por medida de prevenção, havia sido transferida para a casa de Djalma Maranhão, em Ponta Negra (orla marítima e, portanto, a distância segura do Centro), foi apedrejado.¹²⁰

Entre os atores individuais e os atores coletivos, a construção das idéias

Os dois artigos a serem analisados foram escolhidos como emblemáticos da temática referida anteriormente. Ambos (*PARA ONDE VAMOS?* e *FRENTE ÚNICA?*) foram publicados antes da data da deflagração do movimento de 31 de março de 1964, que depôs o Presidente João Goulart, momento, portanto, de intensa crise política por que passava o Brasil, cujos reflexos eram sentidos no Estado.

PARA ONDE VAMOS?

Em 8 de fevereiro de 1964, *A Ordem* publicou em sua primeira página um artigo que, pelo destaque da matéria, acreditamos ser o editorial, intitulado *PARA ONDE VAMOS?*, título este precedido da expressão *Nossa Opinião*. Nesse artigo, *A Ordem* contestava as acusações de que a Igreja Católica *estaria servindo de instrumento à expansão comunista*, acusação esta que se estendera à Igreja brasileira, já tendo chegado ao Rio Grande do Norte, através dos deputados estaduais Agenor Maria, Paulo Barbalho¹²¹, Valmir Targino e Lauro Arruda.¹²² Prosseguindo, o jornal afirma:

queremos debater o assunto, acreditando exista um equívoco a desfazer-se; e que retrata no mínimo, uma visão irreal dos acontecimentos, da parte de quantos acusam ao nosso Administrador Apostólico, a este jornal ou à própria igreja. ...



Proceda-se, então, à análise de alguns trechos, considerados como os mais

¹²⁰ Ibid., p. 78-79.

¹²¹ Este foi merecedor de um artigo intitulado: *Protótipo de proprietário explorador, prepotente e feudal, no qual o jornal o acusava da prática de atos de terrorismo muito próprio dos amantes da teoria marxista, ... A ORDEM*, p. 5, 11 jan. 1964.

¹²² *A ORDEM*, p.8, 1º fev. 1964.

significativos, através dos quais **A Ordem** pretendia refutar as “acusações” relatadas no parágrafo anterior. Continuando o artigo, o jornal cita exemplos de dignitários eclesiásticos que, por suas atitudes, foram “acusados” de defenderem o socialismo:

Na Inglaterra, em 1889, o cardeal MANNING era incriminado de socialista, porque apoiava uma greve justa dos estivadores de Londres. E quando Leão XIII, em 1891 publicou a “Rerum Novarum”, não lhe faltaram os epítetos de “avançado”, nem os que temeram pela sorte da Igreja.

As duas pessoas em questão exerciam, respectivamente, os dois mais altos cargos dentro da hierarquia católica: Cardeal (o próximo e último grau mais importante é o de Papa) e Papa (considerado o Sumo Pontífice, Bispo de Roma e sucessor de São Pedro, dotado dentro da Igreja Católica do *poder pleno, supremo e universal*¹²³), o que torna o exemplo mais representativo para **A Ordem**. Com relação à carta encíclica **Rerum Novarum**, que versava *sobre as condições dos operários*, no tópico intitulado **A solução socialista** o Papa Leão XIII afirmou:

*Os socialistas, (...), instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum individuo qualquer devem ser comuns a todos, (...). Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, (...), prejudicaria o operário se fosse posta em prática.*¹²⁴

Ora, quando ocorreu a publicação desta encíclica, o Capitalismo estava em pleno desenvolvimento e a Europa era a peça principal da economia mundial e da sociedade burguesa.¹²⁵ A Igreja, ao afirmar que os socialistas despertavam o *ódio invejoso*, na realidade, propunha que o homem se conformasse com sua condição econômica, ou seja, que o operário se resignasse diante de suas condições de trabalho e de vida, com a desigual repartição das riquezas e das comodidades que estas proporcionavam e que portanto, não entrasse em conflito com as elites.

Foi o que Leão XIII afirmou mais adiante no tópico **Não luta, mas concórdia das**

¹²³ CATECISMO da Igreja católica, p. 253.

¹²⁴ RERUM novarum, p. 11.

¹²⁵ HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios*, p. 36.

*classes: O primeiro princípio a pôr em evidência, é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição*¹²⁶, colocando na natureza a responsabilidade pelas desigualdades, já que as diferenças entre as pessoas (inteligência), talento, habilidades, etc.) fazem com que surja espontaneamente *a desigualdade de condições*.¹²⁷

Já no tópico **Impeça as greves**, o Papa escreveu:

*É preciso que o Estado cobre esta desordem grave e freqüente, porque estas greves causam dano não só aos patrões e aos mesmos operários, mas também ao comércio e aos interesses comuns; (...). O remédio portanto, (...), é prevenir o mal com a autoridade das leis, ...*¹²⁸

Desconheceria o jornal **A Ordem** o teor da **Rerum Novarum**?

O conteúdo referido nos três parágrafos anteriores não só evidencia a contradição da argumentação utilizada pela **A Ordem** no trecho analisado (já que fica claro o que havia de “avançado” no documento papal), como no trecho que se segue, também retirado do mesmo artigo, quando o jornal católico afirmou que a igreja não *tendo compromisso com nenhum poder humano, com nenhum sistema, (...), não pode calar diante da injustiça*. Diante do exposto, pergunta-se: se **A Ordem**, como órgão de imprensa católico, utilizou-se como referencial da encíclica **Rerum Novarum**, obviamente com o consentimento da cúpula da Igreja Católica do Rio Grande do Norte e, sabendo do conteúdo que a carta continha, como pôde o referido jornal falar em justiça social? Ou, em outras palavras, a que justiça se referia o artigo? Seria aquela de 1891, onde o operário devia aceitar pacientemente sua condição de trabalhador oprimido, como sugeria a encíclica? Ou a que vigorava no Brasil de 8 de fevereiro de 1964 (data da publicação do artigo), quando os trabalhadores urbanos e rurais estavam em processo de organização e mobilização (sendo que os do campo estavam recebendo ampla acessória da Igreja Católica na organização de sindicatos, tendo sido o Rio Grande do Norte pioneiro neste aspecto), reivindicando reformas estruturais, dadas as condições de trabalho e de vida a que estavam submetidos? Estas são questões que demandam uma pesquisa mais complexa e que não se constitui em objeto deste trabalho.

Em outro trecho do artigo, afirmou-se que a Igreja como,

¹²⁶ RERUM novarum, p. 20.

¹²⁷ Ibid., p.20-21.

¹²⁸ Ibid, p. 39-40.

"mãe e mestra", (...), Procura convencer os homens de que devem mudar – mentalidade e de métodos, dando melhor oportunidade aos deserdados, graças à justiça social, efetivamente praticada. E por isso manda aos cristãos que se engajem nas estruturas, para ser instrumento dessa renovação cristã.

Nesse trecho evidencia-se o papel educativo e ao mesmo tempo doutrinário que A **Ordem** atribui à Igreja: *mestra, convencer os homens*. Outro aspecto que fica explícito nesse fragmento, é o papel que os *cristãos* devem exercer para que mudanças de *mentalidade e de métodos* ocorram, oferecendo melhores oportunidades aos *deserdados*. Entende-se que os cristãos referidos sejam os intelectuais (eclesiásticos e laicos) sendo convocados para se engajarem nas *estruturas*. Segundo GRAMSCI apud PORTELLI, a Igreja se apóia numa organização muito poderosa para difundir sua doutrina, o clero, organização esta que *prolonga-se por meio de instituições confiadas aos laicos, com finalidade política, ou sindical (partidos e sindicatos católicos), ou ideológica (Ação Católica), ...*¹²⁹

Analise-se, agora, fragmentos dos três últimos parágrafos do artigo em estudo:

Em 1891, Leão XIII advertiu que a questão operária estava em plena maturação. Pedia aos homens responsáveis que lhe dessem uma solução cristã, cujos lineamentos apontava, na "Rerum Novarum". Por que senão outros procurariam resolvê-la, (...), e certamente contra os princípios cristãos. (...)

Em 1931, PIO XI, alarmado com os progressos do comunismo (...), voltava a advertir sobre a gravidade da questão social e alargava os horizontes abertos pela "Rerum Novarum". Não foi ouvido. (...)

Em 1961, João XXIII, diante da evolução da vida social e das graves tensões de um mundo cada vez mais dividido entre ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, aponta a solução, na "Mater et Magistra". A Igreja continua portanto lutando e advertindo. Será ouvida? ou continuarão a dizer que ela é avançada, perigosa, conivente com o comunismo?

Com relação ao antepenúltimo parágrafo, como se percebe, a Igreja colocou a data de 1891 como um marco, por se tratar do ano de publicação da carta encíclica **Rerum Novarum**, escrita por Leão XIII. Mas teria sido por acaso, que o Sumo Pontífice católico publicara uma carta, sobre as condições dos operários, num período em que o Capitalismo ia dominando e transformando o mundo e que o marxismo ganhara muita força, dentro do

¹²⁹ PORTELLI, Hugues. Op. cit., p. 29.

móvimento operário de vários países?¹³⁰ Certamente, que não. E ainda sobre este mesmo parágrafo, quando o jornal afirmou que Leão XIII pedia aos *responsáveis* pela *questão operária que lhe dessem uma solução cristã*, estava querendo dizer que o Estado deveria dar os encaminhamentos que fossem necessários para esta referida questão, antes que os *outros*, ou seja, os adeptos das idéias comunistas a resolvessem *contra os princípios cristãos*.

Já no penúltimo parágrafo, a data que **A Ordem** apontou como importante para o Catolicismo foi 1931, quando o Papa Pio XI *alarmado com os progressos do comunismo, (...) voltava a advertir sobre a gravidade da questão social, ...* Ora, neste período, o comunismo estava em ascensão e isto era fonte de preocupação não só para os grupos dominantes como para a Igreja. Pio XI lançou, no referido ano, a carta encíclica **Quadragesimo Anno**, conforme já referido anteriormente. Também não foi por acaso que a **Quadragesimo Anno** foi publicada em 1931 e que o jornal **A Ordem** apontou mais esta data como importante para a Igreja Católica.

No último parágrafo do artigo analisado, a data apontada foi 1961, ano em que o Papa João XXIII publicara a carta encíclica **Mater et Magistra**¹³¹, documento este que versava sobre questões relativas à evolução da questão social. Observe-se que naquela data fazia apenas dois anos (1959) que a política externa da América fora profundamente abalada pela Revolução Cubana e que, este acontecimento, serviu para reforçar o ideário da luta contra o avanço do comunismo (uma das características da **Guerra Fria**¹³² que mais se acentuaram na América Latina), ideário este que muito foi utilizado pelas elites dominantes latino-americanas, como justificativa para sua presença no poder.¹³³

Concluindo a análise do artigo *PARA ONDE VAMOS?*, publicado no jornal **A Ordem**, atente-se para dois pontos: primeiro, a evocação que o(s) editoralista(s) fez (eram) dos documentos católicos para fundamentar a sua argumentação e, ao mesmo tempo, reforçar perante os cristãos a importância de tais encíclicas. Nesse ponto, volte-se mais uma vez a GRAMSCI apud PORTELLI, quando ele afirma que a influência determinante exercida pela Igreja deve-se ao seu importante "material ideológico", dentro

¹³⁰ REMOND, René. *O século XIX*, p. 119.

¹³¹ Esta carta, junto com as encíclicas *Pacem in Terris* (1963) e *Populorum Progressio* (1967) são apontadas com as encíclicas que marcaram a mudança de postura da Igreja Católica frente às questões sociais.

¹³² Sobre este assunto, ver BARROS, Edgard Luiz de. *A Guerra Fria*, p. 4-68.

¹³³ BARROS, Edgard Luiz de. *Op. cit.*, p. 67-68.

dô qual a literatura e a imprensa são partes fundamentais;¹³⁴ segundo, a redação de um artigo especialmente com o objetivo de desvincular a imagem da Igreja Católica do comunismo. Aqui, cite-se FRAGA quando aborda que quanto mais se publica sobre um evento mais se mitifica o mesmo¹³⁵, ou seja, quanto mais artigos se publicassem a respeito das idéias comunistas (todos desfavoráveis, obviamente), aumentaria a imagem negativa (ou não) que a alta hierarquia da Igreja e as elites do Rio Grande do Norte (seguindo o exemplo do que ocorria no restante do país) queriam “criar” no seio da sociedade civil.

*FRENTE ÚNICA?*¹³⁶

O artigo “FRENTE ÚNICA?” foi publicado pela *A Ordem* em 21 de março de 1964 e questionava a formação de uma Frente única entre cristãos e marxistas. No primeiro trecho a ser analisado, lê-se: *Imbuídos de oportunismo, (...), os líderes comunistas não perdem tempo em aliciar simpatias dêsses católicos, principalmente no seio da mocidade e dos trabalhadores. É o que se está vendo agora no Brasil e em Natal. ...*

Vejamos que *mocidade e trabalhadores* eram estes que *os líderes comunistas não perdem tempo em aliciar*.

A JUC era a organização da Ação Católica no meio universitário, tendo sido a organização que mais influência exerceu no meio estudantil durante o início dos anos 60. Quando setores mais à esquerda, dentro da JUC, começaram a fazer alianças políticas com grupos “reformistas” do PCB, de imediato começaram as críticas por parte dos setores mais conservadores da Igreja, condenando essa “Frente”. A relação da JUC com a alta hierarquia católica se deteriorou mais ainda quando a JUC assumiu a UNE, em 1961 e após esta organização reconhecer a UIE, por ocasião do seu XXIV Congresso. Naquele mesmo ano, D. Eugênio Sales (Administrador Apostólico de Natal) assumiu a liderança da crescente oposição da alta hierarquia da Igreja Católica Brasileira à JUC sendo publicado no final de 1961, um documento episcopal proibindo esta organização de fazer pronunciamentos (ou assumir compromissos políticos) “indesejáveis”. Outras sanções foram impostas, como a expulsão dos quadros da JUC do então presidente da UNE, Aldo Arantes. Com a “evolução” política dos setores mais à esquerda, dentro da JUC, os laços

¹³⁴ PORTELLI, Hugues. Op. cit., p. 29-30.

¹³⁵ FRAGA, Maria da Conceição. *Memória articulada e memória publicizada*, p. 233.

¹³⁶ Sobre este tema, *A Ordem* publicou mais três artigos que versavam a respeito da Frente Única (dois, como tema central): *A Igreja defende propriedade privada mas para todos, não apenas para alguns* (p.8, 14 mar. 1964); *FRENTE ÚNICA OU DIÁLOGO?* (p.12, 8 mar. 1964) e *Três depoimentos* (p.1, 4 abril 1964).

com a Igreja Católica foram sendo rompidos e aquela ganhou autonomia, saindo de seus quadros os militantes que formaram o “grupão”, fase de transição até se transformar na AP, ainda em 1961, organismo este que passou a ter influência determinante no meio estudantil.¹³⁷

Durante a realização do Conselho da JUC, em Natal, julho de 1961, em decorrência de posições assumidas pelo organismo local, frente às discussões de um documento que abordava, entre outras questões, o “subdesenvolvimento e a revolução”, foi gerado um conflito entre este organismo e a cúpula da Igreja. Como desdobramento realizou-se uma reunião de bispos no Rio de Janeiro, com o Cardeal Dom Jaime Câmara, para discutir os posicionamentos da JUC de Natal, gerando-se uma discussão entre os bispos que apoiavam o movimento (como Dom José Távora e Dom Padim) e os conservadores. Ao final da discussão, o Administrador Apostólico de Natal, D. Eugênio Sales, decidiu retirar a JUC local da organização nacional.¹³⁸ E seguindo o exemplo do que acontecera em nível nacional, dos quadros da JUC local constituiu-se a AP no Rio Grande do Norte.

Com relação aos *trabalhadores*, a própria Igreja reconheceu, através do Papa Pio XI, a perda da massa operária no século XIX. No século XX, a preocupação era perder a influência sobre os trabalhadores rurais, devido ao avanço do PCB, na organização de sindicatos rurais, e das Ligas, o que ficou bastante evidenciado nas célebres palavras de D. Inocêncio Engelke apud CAMARGO, pronunciadas em 1950, durante as conclusões da **Primeira Semana Ruralista**, realizada em Campanha, Minas Gerais: *conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Social*.¹³⁹

Assim, a *mocidade* a que se referia o artigo de **A Ordem**, eram os estudantes sobre os quais a Igreja perdera o controle (tanto em nível local como nacional); os *trabalhadores* eram os operários urbanos, sobre os quais a mesma havia perdido a influência e os trabalhadores rurais sobre os quais a Igreja Católica lutava para deter a hegemonia, através de um processo bem sucedido de sindicalização rural que estava em andamento naquele período, no Estado no qual a Igreja do Rio Grande do Norte fora pioneira no Brasil.¹⁴⁰

Noutro fragmento do artigo em análise, **A Ordem** indagava: *Um cristão aqui no Brasil, no Rio Grande do Norte, desejoso de participar ativamente do processo de mudança ou , na linguagem preferida, no processo revolucionário, tem necessidade de*

¹³⁷ MAINWARING, Scott. Op. cit., p. 84-85.

¹³⁸ GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho*, p. 133.

¹³⁹ FAUSTO, Boris (Dir.). Op. cit., p. 85.

¹⁴⁰ CRUZ, Darcy da Silva. Op. cit., p. 145.

formar frente única com os comunistas?

Atribui-se à JUC a criação das condições necessárias para a construção teórica que possibilitou o diálogo e formação de uma frente conjunta de trabalho entre cristãos e marxistas¹⁴¹. No Rio Grande do Norte, já no início da década de 50, registram-se articulações entre o PCB e setores da Igreja. Luiz Maranhão relatou, em inquérito policial militar apud GÓES, que durante a realização do II Congresso Sindical do Rio Grande do Norte (1950), este evento recebeu o apoio de várias pessoas, entre elas, Otto Guerra, diretor do jornal católico **A Ordem**¹⁴². Outro episódio que retrata bem a articulação entre PCB e Igreja Católica no Estado refere-se à criação da Fundação Santos Reis, ligada à cooperativa de Pescadores. Essa organização foi fruto dos contatos diretos mantidos entre Luiz Maranhão e o Arcebispo de Natal, e das reuniões que aquele representante das idéias comunistas manteve com Ulisses de Góes (líder católico, comendador da Santa Sé, considerado um dos mais severos defensores dos princípios católicos e presidente da Congregação Mariana – organização responsável pela fundação do jornal **A Ordem**¹⁴³).

Mas foi na segunda administração do prefeito de Natal, Djalma Maranhão, (1961 a 1964) que a Frente entre cristãos e marxistas se efetivou. A aliança saiu dos discursos para a prática, no ato docente, através da Campanha “**De pé no chão também se aprende a ler**”, superando os conflitos decorrentes das identidades ideológicas próprias do marxismo e da AP¹⁴⁴. Inédita no Rio Grande do Norte (mas que já ocorrera a nível nacional como no caso da aliança formada entre JUC e PCB, relatado anteriormente), essa Frente colocou vários quadros da AP na administração municipal: Moacyr de Góes (Secretário Municipal de Educação, Cultura e Saúde), Francisco Floripes Ginani (chefe de Gabinete desta secretaria), Geniberto de Paiva Campos (Diretor do Ginásio Municipal), Josemá Azevedo (Diretor de Interiorização da Campanha De Pé no Chão). Todo esse trabalho seria inteiramente desarticulado, e seus integrantes destituídos de seus cargos na Administração Municipal, após a deflagração do movimento que depôs o Presidente João Goulart.¹⁴⁵

Como se vê, a Frente Única foi possível de se efetivar no Rio Grande do Norte, justamente com a AP, cujos integrantes anteriormente, faziam parte dos quadros de intelectuais orgânicos da Igreja Católica (JUC), seguindo-se o exemplo do que ocorrera em

¹⁴¹ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. Op. cit., p. 129.

¹⁴² Ibid., p. 87.

¹⁴³ Ibid., p. 121-122.

¹⁴⁴ Ibid., p. 152-153.

¹⁴⁵ GÓES, Moacyr de. *Dois livros de Djalma Maranhão no exílio*, p.55.

nível nacional.

Veja-se o que afirma *A Ordem* no último trecho a ser analisado: *É possível a colaboração entre católicos e pessoas de concepção de vida diferente; mas é preciso que os católicos não façam concessões em prejuízo da sua fé e da sua moral.* Quando o jornal escreveu que *é possível a colaboração entre católicos e pessoas de vida diferente*, ou seja, entre cristãos e marxistas, percebe-se uma contradição com o parágrafo anteriormente analisado no qual o mesmo jornal indagou se havia necessidade de se formar “Frente Única”, no Brasil e/ou no Rio Grande do Norte. Percebe-se ainda que no momento em que os intelectuais cristãos abriam as portas do diálogo com os marxistas (como aconteceu em nível nacional e local), a Igreja Católica, no país e no Estado conforme o caso, perdia o seu controle sobre eles. Já na frase *é preciso que os católicos não façam concessões em prejuízo da sua fé e da sua moral*, evidencia-se a preocupação com a preservação dos quadros de intelectuais leigos, pois, se estes fizessem *concessões da sua fé e da sua moral*, ou em outras palavras, se afastassem dos princípios ditados pela Igreja Católica do Estado e, por conseguinte, do seu controle ideológico, deixariam de cumprir o seu tão importante papel na difusão da “concepção de mundo” do grupo social dominante que, segundo GRAMSCI apud PORTELLI, é o de animar e gerir a “estrutura ideológica”.¹⁴⁶

¹⁴⁶ PORTELLI, Hugues. Op. cit., p. 87.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início dos anos 60, século XX, o Brasil atravessou um período de intensas manifestações, inauguradas nos anos 50, de setores da sociedade civil: estudantes, sindicatos, políticos da esquerda, etc. Esses grupos, reunidos em torno das idéias nacionalistas, formaram frentes de mobilização em defesa das Reformas de base, sendo a principal delas a Agrária, o que ia totalmente de encontro aos interesses dos grandes proprietários rurais, e demais grupos conservadores ligados a eles, assim como da alta hierarquia da Igreja Católica Brasileira.

Por tratar-se de uma fase bastante favorável à organização dos trabalhadores, sobretudo os rurais, cujo movimento foi organizado pelo PCB e pelas Ligas Camponesas, a Igreja Católica entrou em cena para não perder a influência sobre o meio rural e deter o avanço do PCB e das Ligas, iniciando um grande processo de sindicalização rural (sendo a Igreja do Rio Grande do Norte pioneira neste aspecto).

As intensas mobilizações em prol das reformas, sobretudo no governo do Presidente João Goulart, desencadearam, também, vigorosas manifestações dos grupos conservadores, elites e cúpula da Igreja Católica, que se uniram nas acusações de que o presidente estaria levando o Brasil à “agitação social” e à “subversão”, refletindo o medo da “comunização” do país. No início de 1964, a crise política agudizou-se, resultando no movimento que depôs o Presidente da República João Goulart a 31 de março daquele ano, implantando-se um sistema de governo autoritário que perdurou por 21 anos.

No Rio Grande do Norte, os reflexos do que acontecia na política, em nível nacional, foram amplamente sentidos. As mobilizações, no Estado, em torno das idéias nacionalistas e das Reformas de base, assim como no restante do país, foram de encontro aos interesses dos grupos dominantes locais, constituindo-se, também, fonte de preocupação para a alta hierarquia católica, que desde décadas anteriores tinha ligação muito próxima com os poderes constituídos do Estado. A preocupação desses grupos era maior em relação ao prefeito eleito de Natal (ex-militante do PCB, apelidado de Prefeito do subúrbio), Djalma Maranhão, que também fora membro da Frente Parlamentar Nacionalista acabou entrando em conflito com o governador Aluizio Alves, cuja administração caracterizou-se de um lado, por “inovações”; de outro, por atitudes autoritárias e repressoras.

No período em estudo, a Igreja local foi pioneira no processo de sindicalização rural, acabando por deter a hegemonia sobre os trabalhadores do campo, no Rio Grande do Norte, tudo com o objetivo de barrar o avanço das Ligas Camponesas e do PCB sobre a organização do setor.

O combate às idéias comunistas muitas vezes foi liderado pela cúpula da Igreja Católica do Estado, que privilegiou um instrumento fundamental dentro de sua estrutura ideológica nesse combate: o seu órgão de imprensa **A Ordem**. No período de janeiro a abril de 1964 (fase de recrudescimento da crise política que o país atravessava, desde 1961, culminando com o movimento que depôs Goulart), assim como em outros momentos este jornal publicou um grande número de artigos que versavam, direta ou indiretamente, sobre o comunismo, com o objetivo explícito de "criar" uma imagem negativa sobre este ideário.

Conclui-se, enfim, que muito do que aconteceu no início dos anos 60, em nível nacional, se repetiu em nível local (guardadas as devidas especificidades) tanto na política quanto na forma como a Igreja nela se inseriu. Além disso, enquanto organização cultural do grupo social dominante, a Igreja Católica do Rio Grande do Norte utilizou-se bem de sua própria estrutura ideológica, em especial do seu órgão de imprensa **A Ordem** (muito importante enquanto material ideológico) para exercer sua influência na sociedade civil, combatendo o avanço das idéias comunistas.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

A ORDEM, jan./abril 1964.

CATECISMO da Igreja Católica. Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo: Loyola, 1993.

RERUM novarum. Carta encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários (15 de maio de 1891). 11. ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. A Igreja e o campo: momentos de uma rica trajetória. In: _____. **Igreja e política no RN: momentos de uma trajetória.** Natal: Z Comunicação: Sebo Vermelho, 2000.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. As origens das Ligas Camponesas. In: _____. **As Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 14).

BARROS, Edgard Luiz de. "American Way of Life". In: _____. **A Guerra Fria.** 9. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Unicamp, 1990. (Coleção Discutindo a história).

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social.** Rio de Janeiro: GRAAL, 1979 (Biblioteca de história, v. 5).

COSTA, Homero de Oliveira. Pequena contribuição para a história do PCB no RN: 1945-64. In: _____. **A reforma política no Brasil e outros ensaios.** Natal: Sebo Vermelho, 2001.

_____. **A insurreição comunista de 1935**: Natal, o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural/UFRN, 1995.

CRUZ, Dalcy da. Igreja Católica no RN: participação política e social nos anos 60. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (Org.). **Igreja e política no RN**: momentos de uma trajetória. Natal: Z Comunicação: Sebo Vermelho, 2000.

FAUSTO, Boris. (Dir.) **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997. t. 3, v. 3: O Brasil republicano.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FRAGA, Maria da Conceição. O retorno à cena pública. In: _____. **Memória articulada e memória publicizada**: a experiência de parlamentares brasileiros, 2000. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964**: aconteceu em abril. Natal: Clima, 1994.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a campanha de pé no chão. 2. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção Teoria e práticas sociais).

GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1999.

GÓES, Moacyr de. **Da fidelidade e do risco**. Um estudo de caso: Djalma Maranhão. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

_____. **De pé no chão também se aprende a ler** (1961-1964): uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Coleção Educação e Transformação, v.3).

_____. (Org.) **Dois livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artprint, [s.d].

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990 (Série Temas, v. 3, Brasil contemporâneo).

HOBBSBAWN, Eric. A revolução centenária. In: _____. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Da história social à história da sociedade. In: _____. **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular: da JUC ao PC do B**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. (Coleção Atualidade, série 2ª, v. 33).

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARANHÃO, Djalma. De pé no chão também se aprende a ler: a escola brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido. In: GÓES, Moacyr de. (Org.). **Dois livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artprint, [s.d].

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, Caio de Navarro de (Org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997. (Coleção Momento).

MEIO século de epopéia anticomunista. 4. ed. São Paulo: Vera Cruz, 1981.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. In: TOLEDO, Caio de Navarro de (Org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997. (Coleção Momento).

NUNES, Silma do Carmo. **Concepções de mundo no ensino de História**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção Magistério formação e trabalho).

OLIVEIRA, Marlúcia Paiva de. O Movimento de Natal. In: _____. **Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)**, 1992. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PAIVA, Marlúcia. A Igreja dos anos 50: o Movimento de Natal. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (Org.) **Igreja e política no RN: momentos de uma trajetória**. Natal: Z Comunicação: Sebo Vermelho, 2000.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Coleção Pensamento crítico, v. 7).

REMOND, René. Movimento operário, sindicalismo e socialismo. In: _____. **O Século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Atual, 1985.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização – 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, Justiva Iva de A. A consolidação do movimento estudantil universitário no Rio Grande do Norte (1960/1964). In: _____. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN — 1960-1969)**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Maria Medeiros Rocha da. Igreja no Rio Grande do Norte. In: _____. **Igreja e educação de adultos em Natal: análise a partir do jornal “A ORDEM” (1935-1953)**. Natal, 1982. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997. (Coleção Momento).

SODRÉ, Nelson Werneck. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, Caio de Navarro de (Org.) **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997. (Coleção Momento).

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpista. In: _____. **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997. (Coleção Momento).